

APRESENTAÇÃO DA SÉRIE ACADÊMICOS/INTELECTUAIS

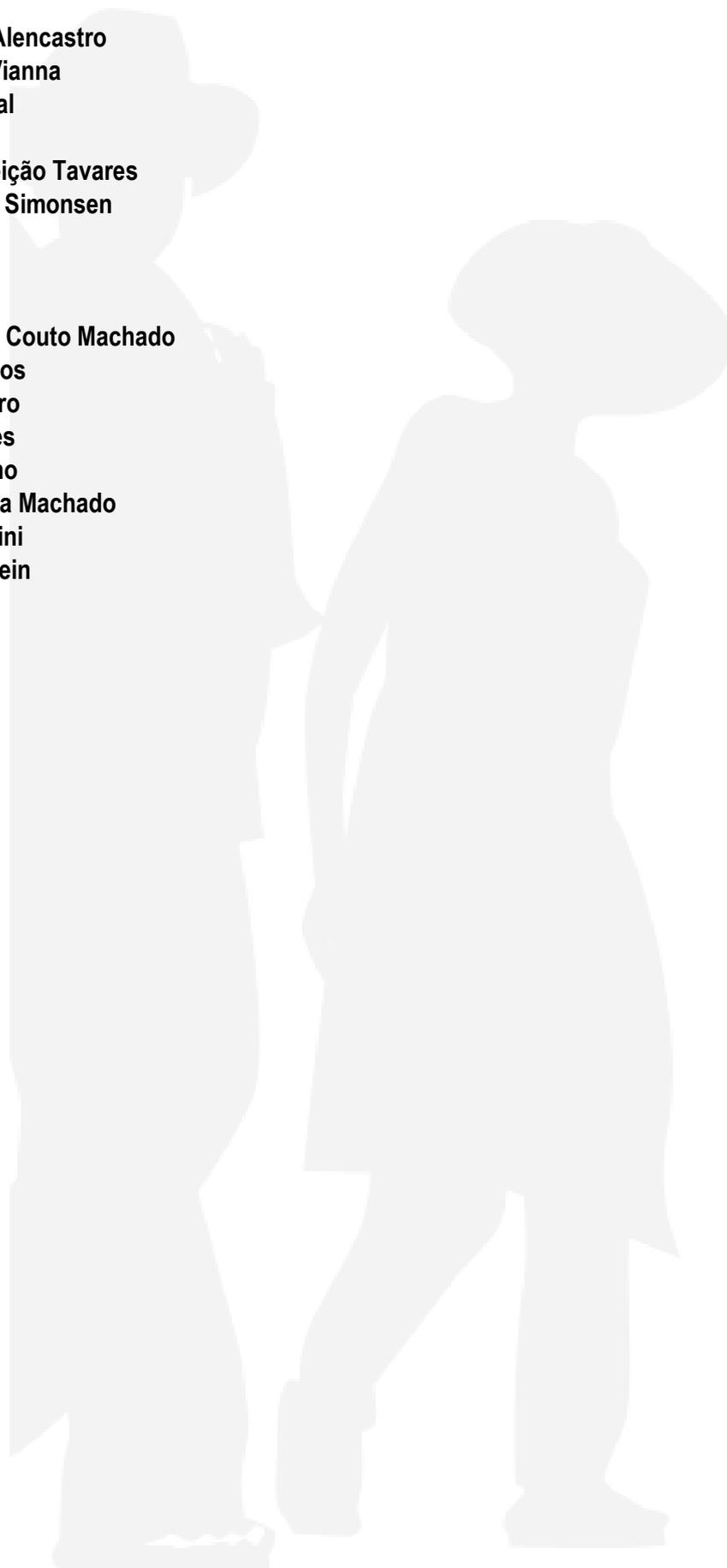
Nesta série está um conjunto de entrevistas realizadas com professores universitários, especialistas e acadêmicos sobre questões vinculadas ao campo brasileiro e grandes questões nacionais. Trata-se de indigenistas, economistas, antropólogos e sociólogos que, em algum momento, participaram do debate sobre temas relevantes para as organizações de trabalhadores ou de empregadores no Brasil. Em geral trata-se de entrevistas obtidas como clipping de revistas e jornais.

Entrevistas disponíveis até o momento:

- Alain Touraine
- Ariovaldo Umbelino de Oliveira
- Aziz Ab'Saber
- Bernardo Mançano Fernandes
- Cândido Grzybowski
- Carlos Guilherme Mota
- Celso Furtado
- Claus Offe
- Darcy Ribeiro
- Darrell Addison Posey
- Fabio Konder Comparato
- Francisco de Oliveira
- Francisco Julião, Fernando Pereira Sodero, Manoel da Conceição, Roberto Freire e José de Souza Martins
- Gerd Sparoveck
- Guillermo O'Donnell
- Herbert José de Souza (Betinho)
- Ignácio de Moura Rangel
- Ignacy Sachs
- Immanuel Wallerstein
- James Baker
- José Alexandre Scheinkman
- José de Souza Martins
- José Eli da Veiga
- José Graziano da Silva
- José Luís Fiori
- José Lutzenberger
- Lúcia Helena Rangel
- Luis Carlos Guedes Pinto

NÚCLEO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO
CPDA/UFRRJ

- Luiz Felipe de Alencastro
- Luis Werneck Vianna
- Lux Boelitz Vidal
- Lygia Sigaud
- Maria da Conceição Tavares
- Mário Henrique Simonsen
- Michael Löwy
- Paul Singer
- Paulo Bassani
- Paulo Henrique Couto Machado
- Raimundo Santos
- Raymundo Faoro
- Ricardo Antunes
- Roberto Romano
- Romário Silveira Machado
- Ruy Mauro Marini
- Thomas Mitschein



DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Alain Touraine

DADOS BIOGRÁFICOS: sociólogo francês. Foi responsável por organizar o centro de pesquisas sociológicas na Universidade do Chile. Esteve na Universidade de São Paulo – USP, em 1959, na criação do Instituto de Pesquisas Sociológicas, para cuja direção na ocasião indicou Fernando Henrique Cardoso. Sua produção intelectual se debruça em especial sobre a sociologia do trabalho e dos movimentos sociais. Autor de obras importantes da sociologia moderna, como “A sociedade pós-industrial”(1969), entre outras.

ENTREVISTADOR (ES): Ernesto Soto

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Jornal do Brasil

TÍTULO DA MATÉRIA: Um diagnóstico do Brasil

DATA: 10/09/1997

LOCAL: Rio de Janeiro

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Acadêmicos e Intelectuais

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en.Al. cli.at	1 página	Sim	Recorte do impresso original.

DESCRITORES:

América Latina
Argentina
Cidadania
Corrupção
Democracia
Desigualdade social
Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998)
Plano Real
PT – Partido dos Trabalhadores
Política partidária
Politização
Redemocratização (anos 1980)
Segurança Pública
Violência institucional

SUMÁRIO:

Inicia a entrevista falando de democracia e de igualdade social, citando a revolução cultural chinesa e o regime socialista soviético; explica sobre o que considera os três elementos constitutivos da democracia; fala do contexto de redemocratização latino-americana, como um processo que não se deu diretamente através da mobilização das massas, e compara a situação entre Brasil, Chile e Uruguai, citando o caso específico da Argentina e da Guerra das Malvinas; fala da percepção da democracia pelos brasileiros, da consciência da perda do estado de direito e da violência institucional como perigosos para a consolidação da democracia; conta que esteve em visita ao Morro da Mangueira, e suas impressões sobre instituições e autoridade estatal naquele território; fala sobre o plano Real, a diminuição da desigualdade social e o aumento do consumo popular, em detrimento da consciência de cidadania dos brasileiros, tendo em vista o aumento da violência, em especial a violência institucional contra a população pobre; fala da ausência de um sistema político no Brasil, pela debilidade e multiplicidade de partidos políticos e a dinâmica que existe entre estes, caracterizando o que entrevistado chama de mercado político; fala sobre a corrupção no Brasil e na Argentina, e opina sobre a ausência de disputas de projetos no campo político, exemplificando a partir do que representa a figura de FHC e o Partido dos Trabalhadores nesse cenário; caracteriza a maneira como enxerga o governo FHC de então; faz uma avaliação sobre o quão politizados são os brasileiros, e aponta algumas dificuldades do governo FHC e atenta para a necessidade de uma reconstrução do sistema político brasileiro.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Ariovaldo Umbelino de Oliveira

DADOS BIOGRÁFICOS: No momento da entrevista, era integrante da equipe de Plínio de Arruda Sampaio, responsável pela elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária do governo Lula (II PNRA). Geógrafo, com graduação, doutorado e livre-docência pela Universidade de São Paulo (USP), Ariovaldo de Oliveira é especialista em Geografia Agrária. Atualmente, já aposentado da função de professor, exerce função de Diretor do Departamento de Geografia e do Laboratório de Geografia Agrária da USP.

ENTREVISTADOR(ES): Claudia Jardim

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Jornal *Brasil de Fato*

TÍTULO DA MATÉRIA: “É hora de mobilizar para cobrar promessas”

DATA: 01-07/01/2004

LOCAL: São Paulo, SP

OBSERVAÇÕES: Há, no início do material, uma pequena biografia do entrevistado.

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Acadêmicos e Intelectuais

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. Al.cli.arol	04 páginas	Sim	Entrevista fotocopiada

DESCRITORES:

Governo Lula (2003-2006)

Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

Movimentos sociais

Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA, II)

Política pública

Política de assentamento rural

Reforma Agrária

Violência no campo

SUMÁRIO:

Procurado pelo jornal em razão da sua participação na equipe de elaboração do II PNRA, o entrevistado considera a demora de implementação e a baixa efetivação do II PNRA como reflexo da falta de planejamento do governo Lula para o campo; explica sua compreensão sobre a baixa adesão à reforma agrária pelos gestores públicos do Lula; julga importante haver uma política pública não apenas compensatória, mas transformadora da estrutura econômica dos assentados; apresenta um pequeno histórico sobre o cadastro de terras do Brasil existente no Incra, concluindo haver descompasso entre o que é declarado e o que é utilizado de fato pelos donos de terra; julga ser a política de desapropriação considerada de baixa prioridade pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); explica duas potenciais transformações decorrentes da política de reforma agrária: aumento da oferta de emprego e da oferta de alimentos; perguntado sobre a violência no campo, acredita que não haverá mudanças enquanto houver respaldo e conivência da violência perpetrada pelas elites governantes; antes da aprovação do orçamento no Congresso, alerta o geógrafo que os movimentos sociais precisam se mobilizar politicamente para agilizar o processo burocrático e garantir os melhores resultados; finaliza alertando que, se um governo popular, que é governo Lula, não for capaz de efetivar a reforma agrária pela via institucional, os movimentos sociais buscarão outras alternativas.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Ariovaldo Umbelino de Oliveira

DADOS BIOGRÁFICOS: Geógrafo, com graduação, doutorado e livre-docência pela Universidade de São Paulo (USP), especialista em Geografia Agrária. Depois de aposentar-se como professor, exerce função de Diretor do Departamento de Geografia e do Laboratório de Geografia Agrária da USP. Foi integrante da equipe de Plínio de Arruda Sampaio, responsável pela elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária do governo Lula (II PNRA).

ENTREVISTADOR (ES): Thiago Sebastiano de Melo

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Revista Estudos Geográficos (jul/dez-2013)

TÍTULO DA MATÉRIA: Entrevista com o professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira

DATA: 16 de novembro de 2011

LOCAL: São Paulo, SP

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Acadêmicos e Intelectuais

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en.Ai.ci. arol2	18 páginas	Sim	

DESCRITORES:

Agronegócio
Amazônia Legal
Assentado rural
Bernardo Mançano Rodrigues (geógrafo e professor da UNESP)
Camponês
Capital monopolista
Celulose
CPT – Comissão Pastoral da Terra
Constituição Federal (1988)
Crise do capitalismo
Crise financeira de 2008
Classe social
Decreto 2.250/1997 (proíbe vistorias para desapropriação em terras ocupadas)
Direito agrário
Direito ambiental
Direito trabalhista
Distribuição de renda
Estado e políticas públicas
Estrangeirização de terras
Função Social da Propriedade Rural
Governo Dilma Rousseff (2011 – 2014)
Governo Fernando Henrique Cardoso (1999-2002)
Governo Lula (2003-2006)
Governo Lula (2007-2010)
Grilagem
Guerra de Canudos
Guerra do Contestado
Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
José Graziano da Silva
Latifúndio
Movimentos Sociais
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PNAD – Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária (I, 1985)
PNRA – Plano Nacional De Reforma Agrária (II, 2003)
Primavera Árabe
Procera – Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (Incra)
Programa Fome Zero
Projeto de Assentamento Agroextrativista - PAE
Projeto de Desenvolvimento Sustentável - PDS
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PT – Partido dos Trabalhadores
Mercado de terras
MP 422/2008 (regularização de terras na Amazônia Legal)
MPF – Ministério Público Federal

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Multinacional

Occupy Wall Street (2011)

Ocupação de Terra

Reforma Agrária

Regularização fundiária

Revolução Chinesa (1949)

Revolução Cubana (1959)

Revolução Russa (1917)

Ricardo Abramovay (professor da USP)

São Paulo

Segurança alimentar

Soberania alimentar

Violência no campo

SUMÁRIO:

Fala sobre como iniciou seus estudos sobre assentamentos e questão agrária; citando Bernardo Mançano, faz alguns apontamentos sobre as ocupações de terra em São Paulo e o nascimento do MST no estado; fala sobre as ações do MST na década de 80 e 90, comentando a reforma agrária do governo Lula e a não realização das metas do II PNRA; opina sobre o segundo mandato do governo Lula, como marcado pela realização de contrarreforma agrária, destacando a regularização de terras griladas na Amazônia Legal, e apontando os reflexos disso para a ascensão das lutas dos posseiros, indígenas e quilombolas, bem como o recuo dos movimentos sociais e aumento da violência no campo em 2009 e 2010; fala sobre o abandono da pauta da reforma agrária pelos movimentos e pelo governo Dilma, caracterizando como afronta à Constituição Federal de 1988 e cita atuação do Ministério Público para fazer cumprir a função social da terra; fala sobre a opção dos movimentos sociais e sindicais em lutar contra o capital, e não mais pela reforma agrária diretamente, deixando de fazer ocupações de terras; comenta do descumprimento das leis agrárias, ambientais e trabalhistas, passando pela ineficiência do Incra e Ibama e pela desmobilização da sociedade; fala sobre a necessidade de uma política de reforma agrária efetiva, apresentando alguns números que demonstram o grande contingente de famílias que poderiam ser alcançadas; fala sobre o I PNRA, do governo Sarney, e o II PNRA, primeiro mandato do governo Lula; tece algumas críticas às diferenças entre reforma agrária clássica e reforma agrária popular, citando postura do PCB, PCdoB e do MST; fala da inexistência de uma política de reforma agrária no Brasil, chamando a atenção para a existência de políticas estritamente fundiárias, que não incluíam a dimensão de uma política agrícola; cita o programa o PROCERA, do governo Sarney, e fala das diferenças entre este e o PRONAF, do governo FHC, criticando este último programa; fala da importância de uma política de subsídios, critica a visão do governo do PT e de José Graziano da Silva, destacando o abandono da pauta da reforma agrária e substituição pelas políticas de distribuição de renda e combate à miséria extrema, como o Fome Zero; fala nos assentamentos como espaços de resistência, e na luta camponesa como maior do que a expressa pelo movimento organizado; comenta mudanças de atuação política do MST, colocando alguns dados relativos ao lotes retomados pelo Incra; fala do campesinato enquanto classe social em formação e expansão, criticando a tese do fim do campesinato e afirmando o aumento da violência no campo como evidência da existência e da condição de luta do campesinato; comenta a legislação agrária existente e opina sobre a necessidade de criar mecanismos legais que impeçam que a terra que foi destinada à reforma agrária volte ao mercado de terras, como acontece com os projetos PDS

(Projeto de Desenvolvimento Sustentável) e PAE (Projeto de Assentamento Agroextrativista); critica a tese do novo rural brasileiro, de José Graziano da Silva, explicando o equívoco que este cometeu na interpretação dos dados estatísticos da PNAD e a necessidade de analisar estes dados tendo em mente os limites colocados pelas legislações municipais; aprofunda em outras análises de Graziano que considera equivocadas; comenta as diferenças entre segurança alimentar e soberania alimentar, e fala da ausência de uma política de soberania alimentar no país, citando exemplos a partir do consumo de trigo importado e na estagnação da produção de alimentos pelo Brasil; define o agronegócio como política de “reatualização” da política agrícola colonial; voltando à dimensão fundiária comenta detalhadamente a questão das grilagens de terras, dos latifúndios improdutivos e da estrangeirização da terra; fala de como funcionam os grandes monopólios controlados por empresas multinacionais, explicando quais destes tem interesse na compra de terras; comenta o episódio da denúncia feita pelo Incra à empresa StoraEnso, do setor de celulose, em 2008, e da posterior regularização das terras da empresa através da Medida Provisória 422 do governo Lula; explica os mecanismos de que se valem as empresas multinacionais para controlar terras brasileiras sem infringir a lei; aprofunda sobre a estrangeirização de terras, caracterizando este processo como um “factoide” não considerável na dinâmica fundiária brasileira, e no alarde que se tem feito como interessante para a especulação imobiliária, apresentando alguns números do Incra; opina sobre as políticas públicas de incentivo ao turismo rural nos assentamentos e sobre as políticas de geração de renda para as famílias assentadas no contexto do grande endividamento destes por conta do PRONAF, elogiando o PAA e destacando a necessidade de participação dos assentados na elaboração destas políticas; critica a caracterização do turismo rural enquanto atividade de mercantilização e consumo do espaço, como o definem outras posições críticas dentro da geografia; comenta sobre a crise do capital financeiro em 2008, a posição de intelectuais e partidos de esquerda de vários países e a consequente estagnação econômica dos países desenvolvidos; aprofunda seu ponto de vista sobre a crise de 2008 não representar o fim do capitalismo, citando o Occupy Wall Street e a Primavera Árabe; comenta a dinâmica do mercado internacional após a crise de 2008, destacando a economia da China e o índice de desemprego nos EUA e Europa; fala sobre os conceitos de camponês e de agricultor familiar, cita o trabalho de Ricardo Abramovay e critica os partidos de esquerda brasileiros por não falarem em campesinato, comentando as diferenças dos conceitos termos teóricos e políticos, e destacando os processos revolucionários da Rússia, China e Cuba como protagonizados por camponeses; fala sobre o papel que o campesinato desempenhou no século passado, falando sobre as derrotas que o Estado brasileiro sofreu nos conflitos de Canudos e Contestado, e destaca a importância de se utilizar o conceito de camponês.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Aziz Ab'Saber

DADOS BIOGRÁFICOS: Coordenador de Meio Ambiente do Governo Paralelo do PT – Partido dos Trabalhadores; desde a campanha eleitoral de 1989 tem assessorado regularmente Lula e o PT nas abordagens envolvendo a questão ecológica. Paulista de São Luís do Paraitinga (SP); geógrafo formado pela USP – Universidade de São Paulo e professor-visitante do Instituto de Estudos Avançados da USP.

ENTREVISTADOR (ES): Ricardo Azevedo e Paulo Vannuchi

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Revista *Teoria e Debate*

TÍTULO DA MATÉRIA: “Amazônia e desenvolvimento – O coordenador de Meio Ambiente do Governo Paralelo fala das propostas do partido para a região que abriga a maior floresta tropical do mundo e critica a elite que trata o problema amazônico como uma questão de soberania nacional. ‘A soberania esta na inteligência da nação’, afirma ele”.

DATA: 2º trimestre de 1992; fascículo 18

LOCAL: Não consta

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Acadêmicos / Intelectuais

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. Al.ci.azz	05 páginas	Sim	Fotocópia do periódico

DESCRITORES:

Amazônia
Atingidos por barragens
Biodiversidade
Comércio exterior
Ribeirinhos
Congresso Nacional
Desenvolvimento agrícola
Desenvolvimento econômico
Desenvolvimento sustentável
Desmatamento
Exploração agrícola
Exportação agrícola
Governo Collor (1990-1992)
Governo federal
Legislação fundiária
Meio ambiente
Projeto Calha Norte
Questão ambiental
Questão ecológica
Questão fundiária
Reserva extrativista
Reserva indígena
Segurança nacional
Subdesenvolvimento
Transporte rodoviário
Usina hidrelétrica

SUMÁRIO:

Discorre sobre o projeto apresentado pelo Governo Paralelo: “Uma proposta para a Amazônia, proteção ecológica e desenvolvimento com o máximo da floresta em pé”; trata dos motivos do destaque para a Amazônia; fala da preocupação com as propostas governamentais relacionadas ao meio ambiente, pois as considera desconectadas da realidade territorial e social das regiões e do país; dá sua opinião sobre o problema hidrelétrico na Amazônia; traz um panorama da devastação florestal na Amazônia; fala do desmatamento no governo Collor; analisa o interesse externo pela Amazônia e a questão da soberania nacional; apresenta o problema da abertura de estradas na Amazônia; fala da inviabilidade da rodovia do Pacífico na conjuntura política externa atual; defende as reservas extrativistas como um padrão protetor para as populações que faziam o extrativismo no passado; trata da importância da proteção da biodiversidade.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Bernardo Mançano Fernandes

DADOS BIOGRÁFICOS: Assessor da Via Campesina (Brasil). Coordenador do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (Nera). Membro da Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB) e da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra). Membro do Conselho Pedagógico Nacional do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea) no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

ENTREVISTADOR (ES): Marcelo Medeiros

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: *Rits – Rede de Informações para o Terceiro Setor*

TÍTULO DA MATÉRIA: “20 Anos do MST”

DATA: 27/02/2004

LOCAL: Entrevista realizada por email.

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Assessores de Formação e Educação

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. Al.cli.bm	03 páginas	Sim	<i>Clipping digital</i>

DESCRITORES:

Alca – Área de Livre Comércio das Américas
Camponês
Cidadania
Congresso Nacional do MST (I, 1985)
Governo Collor (1989-1992)
Governo FHC (1995-2002)
Governo Lula (2003-2007)
Luta por terra
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Transgênicos

SUMÁRIO:

Fala sobre o que representa o MST para garantir a reforma agrária na pauta política; diz que a luta por reforma agrária é mais do que lutar apenas por terra, e isso é importante contra as políticas de controle; analisa a imagem que o MST tem na mídia e a realidade da organização; fala sobre os marcos que consolidaram a organização; fala sobre o MST e Governo Lula.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Cândido Grzybowski

DADOS BIOGRÁFICOS: Professor do Instituto de Estudos Avançados da FGV/RJ; trabalha no Estudo de movimentos sociais no campo; membro da diretoria da FASE.

ENTREVISTADOR(ES): FASE

CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Entrevista sobre análise de conjuntura na época

DATA: 06/1984

LOCAL: São Paulo

ROTEIRO: () SIM () NÃO

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Acadêmicos/Intelectuais

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7				
MP3				
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en.AI.t rans.cb	30 páginas		

DESCRITORES:

Antônio Gramsci
Conclat – Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras
CUT – Central Única dos Trabalhadores
Educação popular
Luta de Classes
Marxismo
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PT – Partido dos Trabalhadores
Reforma agrária

SUMÁRIO:

Começa falando sobre sua trajetória enquanto educador popular e como ela ajuda a compreender uma série de relações sociais tal como auto capacitar os alunos para fazerem essas análises; fala da importância de se distinguir grupos sociais de ideias, para uma boa análise de conjuntura; categoriza a análise de conjuntura enquanto a correlação de forças em determinada época; fala sobre o método de análise utilizado por Marx, distinguindo as frações de classe; se aprofunda na análise de Marx sobre a luta de classes na França no Século XIX; fala sobre a concepção de representação de classes em Marx; fala sobre as concepções de partido para Gramsci; fala sobre a identidade de classe a partir de Marx e Gramsci; fala sobre a diversidade produtiva no Brasil e da unidade dos trabalhadores na CUT/CONCLAT; fala sobre o momento político de Gramsci, no sentido de uma classe assumir tarefas para a sociedade; sobre as acusações do PT ser um partido corporativo; fala sobre a ideia de um partido ser representante de determinado movimento de poder; fala sobre partido e expressão da hegemonia; fala sobre educação popular e consciência de classe; fala sobre a centralidade atual das lutas operárias; fala sobre limites de atuação de partidos de trabalhadores; faz uma avaliação das consequências da ação do exército de Garibaldi na Itália; fala sobre guerra de posição e guerra de movimento de Gramsci; fala da importância das leituras de Marx e Gramsci para se fazer análises conjunturais; faz uma caracterização das forças em diferentes classes e frações de classes no Brasil atual; fala sobre a fragilidade dos movimentos populares e o espaço que outros representantes ocupam quando estes deixam seu espaço político vazio; discorre sobre como forças conservadoras capitalizam insatisfações populares; fala da importância de se compreender a correlação de forças num plano econômico para se compreender as forças militares; fala sobre o caráter elitista de produção de conhecimento no Brasil; fala sobre a distribuição limitada de conhecimento no Brasil, em termos de exemplares de livros lançados; fala sobre os esforços de seu grupo de pesquisa para caracterizar agentes políticos do Brasil;

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Carlos Guilherme Mota

DADOS BIográficos: Historiador, professor da Universidade de São Paulo, autor de “Ideologia da Cultura Brasileira – 1933-1974” (1977).

ENTREVISTADOR (ES): Antonio Carlos Prado

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Revista Isto é Senhor

TÍTULO DA MATÉRIA: “As ideias continuam fora do lugar”

DATA: 08/07/1986

LOCAL: não identificado

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Acadêmicos e Intelectuais

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en.Ai.cli.cgm	4 páginas	Sim	Recorte do original.

DESCRITORES:

Celso Furtado (Ministro da Cultura)
CIEPs - Centros Integrados de Educação Pública
Comunicação e cultura
Cultura
Dominação cultural
Ditadura militar (1964-1985)
Estado e cultura
Florestan Fernandes
Governo Leonel Brizola (Estado do RJ, 1983-1987)
Governo Sarney (1985-1989)
Igreja Católica Brasileira
Indústria Cultural
Partido político
Política cultural
Rede Globo
Sociedade civil
UNE – União Nacional dos Estudantes
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO:

Fala sobre as complementações que necessita fazer em seu livro “Ideologia da Cultura Brasileira – 1933 a 1974”, que então contava com quase 10 anos de publicação; comenta alguns conceitos de Celso Furtado, em especial a chamada “modernização cultural”, criticando a concepção em torno da existência de uma cultura brasileira; fala sobre voluntarismo político e o que chama de cultura da conciliação na sociedade brasileira; fala sobre a ideologia da nacionalidade brasileira, forjada pela mídia de massas em especial após a campanha das diretas-já em 1984, citando o papel da TV Globo e da Folha de São Paulo; fala sobre políticas culturais e a relação com a mídia, citando o governo Brizola no Rio de Janeiro e a criação dos CIEPs; fala sobre o esvaziamento de algumas instituições da sociedade civil, como OAB, UNE e SBPC; fala sobre um novo perfil de estudante universitário, e sobre as mudanças por que passa a universidade após o período mais autoritário do regime militar; fala sobre o papel da Igreja na formação de uma sociedade civil combativa; opina sobre a utilização do termo *sociedade democrática*, ao invés de sociedade civil, por Florestan Fernandes e Dalmo Dallari; fala sobre a formação ideológica incipiente das esquerdas nacionais e tece algumas críticas às divergências internas havidas dentro dos partidos de esquerda; fala sobre a necessidade de os partidos possuírem seus próprios instrumentos ideológicos; fala sobre a necessidade de renovação das universidades brasileiras; comenta o papel da indústria de livros e de cinema; fala sobre o movimento *punk* e o *rock* brasileiros, explicando porque os considera como anarco-conservadores; tece algumas críticas a algumas posições conservadoras de então, fazendo um paralelo com figuras da Revolução Francesa e termina falando sobre o perfil de Tancredo Neves.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Celso Furtado

DADOS BIOGRÁFICOS: Paraibano de Pombal é economista; pioneiro em aplicar a análise macroeconômica à realidade histórica brasileira; sustentáculo da filosofia desenvolvimentista elaborada na Cepal (Comissão Econômica para a América Latina); participou de sucessivos governos (Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros, João Goulart) e foi Ministro da Cultura no governo Sarney; radicou-se na França durante ditadura militar, em 1967, como professor da Universidade de Paris.

ENTREVISTADOR (ES): Sheila Grecco

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Jornal *Valor*

TÍTULO DA MATÉRIA: “O Brasil em ruínas”

DATA: 9,10 e 11/06/2000

LOCAL: Rio de Janeiro, RJ

OBSERVAÇÕES: A entrevista faz parte do caderno *Eu-Fim de Semana*, com a reportagem de capa “A cultura do MST”.

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Acadêmicos / Intelectuais

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. Al.cli.cf	04 páginas	Sim	Fotocópia do periódico

DESCRITORES:

Crescimento econômico

Economia

Eleições presidenciais

Governo FHC (1995-1998)

Mercado agrícola

Mercado interno

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Ocupação de terra

Política econômica

Processo de privatização

Reforma agrária

Subdesenvolvimento

Sudene – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SUMÁRIO:

Debata a classificação do Brasil como país de “terceiro mundo”, “emergente”, “em desenvolvimento” ou “subdesenvolvido”, e defende este último termo; fala sobre a situação da Sudene; debate a aceitação do termo reforma agrária e sua não aplicação; faz uma avaliação positiva sobre o MST, porém questiona o método de “saques e invasões”; discorre sobre a previsão de crescimento do PIB; analisa o crescimento econômico na década de 1970, no governo FHC e no histórico brasileiro em geral; apresenta sua opinião sobre a “dolarização progressiva” para países emergentes; se diz preocupado com uma tendência autoritária no País; defende a abertura do mercado externo, privilegiando, porém, o mercado interno; debate sobre as privatizações; fala sobre o “corrompimento” de Fernando Henrique Cardoso em busca da reeleição; conta os motivos para escrever o livro *Formação Econômica do Brasil*; fala sobre as perspectivas para o Brasil.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Claus Offe

DADOS BIOGRÁFICOS: sociólogo alemão, professora da Universidade Humboldt, em Berlim.

ENTREVISTADOR (ES): Thomas Traumann

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Revista Veja

TÍTULO DA MATÉRIA: O novo poder

DATA: 08/04/1998

LOCAL: São Paulo, SP

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Acadêmicos e Intelectuais

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en.Al.cli. cof	2 páginas	Sim	Recorte do impresso original.

DESCRITORES:

Austrália
Banco Mundial
Democracia
Dinamarca
Direitos humanos
Direitos sociais
Estado
EUA - Estados Unidos da América
Feminismo
Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998)
Holanda
Inglaterra
Mercado internacional
Mercosul - Mercado Comum do Sul
Neoliberalismo
OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONG - Organizações Não-Governamentais
Política de saúde
Política social
UE – União Europeia

SUMÁRIO:

Fala sobre a decisão das atribuições do Estado ser de responsabilidade dos cidadãos; critica o Estado mínimo de Margareth Thatcher na Inglaterra; fala sobre os riscos de um Estado com funções ampliadas; fala sobre a necessidade de atentar para a estrutura das instituições para então poder compreender as diferentes atribuições do Estado entre os países, citando o caso da Dinamarca, dos EUA e da Inglaterra; fala do fim do Estado de bem-estar social, e aponta a possibilidade de investir na garantia de direitos sociais como forma de melhor concorrer no mercado global; fala sobre a impossibilidade de países industrializados manterem política de pleno emprego, cita os casos da Holanda e EUA; expõe as posições dos neotrabalhistas e dos neoliberais em relação às políticas de emprego; fala sobre o neoliberalismo enquanto revolucionário, suas bases científicas, objetivos em relação ao Estado e possíveis consequências para a democracia; fala do risco antidemocrático do neoliberalismo, e cita exemplo da Austrália; fala do déficit democrático das organizações supranacionais, como Mercosul e União Européia; fala sobre o crescimento das posições que defendem algum controle para o mercado, enquanto decisão política; fala do fim das ideologias, do surgimento de novas alternativas e cita o projeto renda mínima, do senador Eduardo Suplicy; tece considerações sobre o pagamento de impostos, e a relação destes com os serviços prestados pelo Estado e com o pagamento de juros e dívidas; fala sobre a perda de hegemonia do neoliberalismo nas discussões do Banco Mundial e OCDE; fala da formação de um novo pacto social, a partir do triângulo de forças entre Estado, mercado e organizações não governamentais, igrejas e movimentos profissionais; fala da importância histórica das organizações comunitárias e movimento feminista na garantia dos direitos civis; fala das suas impressões sobre o governo e o sociedade brasileira.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Darcy Ribeiro

DADOS BIOGRÁFICOS: Darcy Ribeiro (Montes Claros, 26 de outubro de 1922 — Brasília, 17 de fevereiro de 1997) foi um antropólogo, escritor e político brasileiro, conhecido por seu foco em relação aos índios e à educação no país.

Suas ideias de identidade latino-americana influenciaram vários estudiosos latino-americanos posteriores. Como Ministro da Educação do Brasil realizou profundas reformas que o levou a ser convidado a participar de reformas universitárias no Chile, Peru, Venezuela, México e Uruguai, depois de deixar o Brasil devido à ditadura militar de 64.

ENTREVISTADOR (ES): Altair Thury Filho

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Revista Veja

TÍTULO DA MATÉRIA: No Meio da Luta

DATA: 18/01/1995

LOCAL: Maricá/RJ

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Acadêmicos / Intelectuais

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en.AI cli.dr	03 páginas	Sim	

DESCRITORES:

Brasil
Cia Vale do Rio Doce
CIEPs – Centros Integrados de Educação Pública
CSN – Companhia Siderúrgica Nacional
Gilberto de Mello Freyre (Sociólogo)
Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998)
Leonel de Moura Brizola

SUMÁRIO:

Fala sobre a possibilidade de morte, problemas de saúde e “fuga” do hospital; fala sobre seu livro quase pronto “A Gestação do Brasil”; comenta sobre o desenvolvimento da civilização brasileira e suas dificuldades; comenta das potencialidades de FHC; critica a privatização da CSN; Fala do medo da Vale do Rio Doce ser privatizada; chama atenção para que o presidente se sensibilize com a miséria do Brasil; comenta brevemente sobre sua trajetória de vida; fala sobre as ideias gerais de “A Gestação do Brasil”; comenta sobre “Casa Grande e Senzala” de Freyre; fala sobre as classes sociais no Brasil; sugestão de leitura para um jovem de 18 anos; fala sobre o problema da educação brasileira; fala sobre os CIEPs e da qualificação de professores no Brasil; fala sobre a atuação do exército nas favelas do Rio e a guerra às drogas; fala sobre socialismo.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Darcy Ribeiro

DADOS BIOGRÁFICOS: Darcy Ribeiro (Montes Claros, 26 de outubro de 1922 — Brasília, 17 de fevereiro de 1997) foi um antropólogo, escritor e político brasileiro, conhecido por seu foco em relação aos índios e à educação no país.

Suas ideias de identidade latino-americana influenciaram vários estudiosos latino-americanos posteriores. Como Ministro da Educação do Brasil realizou profundas reformas que o levou a ser convidado a participar de reformas universitárias no Chile, Peru, Venezuela, México e Uruguai, depois de deixar o Brasil devido à ditadura militar de 64.

ENTREVISTADOR (ES): José Mario Pereira

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: O Globo

TÍTULO DA MATÉRIA: As memórias de um rebelde

DATA: 06/01/1991

LOCAL: Rio de Janeiro/RJ

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Acadêmicos / Intelectuais

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en.AI. cli.dr2	03 páginas	Sim	

DESCRITORES:

Antropologia
Brasil
Comunismo
Gilberto de Mello Freyre (Sociólogo)
Lévi-Strauss (antropólogo)
Neoliberalismo
Revolução Cubana (1959)
Vargas Llosa

SUMÁRIO:

Comenta sobre seu novo livro em espanhol; fala sobre sua vaidade pessoal; critica boatos de Vargas Llosa; fala da influência do pensamento comunista em seu pensamento; fala sobre a repercussão internacional de seus livros; critica a visão eurocêntrica de Lévi-Strauss; fala sobre a revolução cubana; avaliação de sua recente produção intelectual; crítica a visão neoliberal; sobre esterilização da mulher brasileira; crítica à antropologia tradicional, apolítica e “barbarológica”; crítica da distância entre o mundo “real” e o mundo acadêmico.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Darcy Ribeiro

DADOS BIOGRÁFICOS: Darcy Ribeiro (Montes Claros, 26 de outubro de 1922 — Brasília, 17 de fevereiro de 1997) foi um antropólogo, escritor e político brasileiro, conhecido por seu foco em relação aos índios e à educação no país. Suas ideias de identidade latino-americana influenciaram vários estudiosos latino-americanos posteriores. Como Ministro da Educação do Brasil realizou profundas reformas que o levou a ser convidado a participar de reformas universitárias no Chile, Peru, Venezuela, México e Uruguai, depois de deixar o Brasil devido à ditadura militar de 64.

ENTREVISTADOR (ES): Celina Cortês

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Jornal do Brasil

TÍTULO DA MATÉRIA: 'Vou revelar minhas intimidades'

DATA: 24/12/1995

LOCAL: desconhecido

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Acadêmicos/Intelectuais

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en.AI. cli.dr3	3 páginas	Sim	

DESCRITORES:

Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998)

Governo Vargas (1951-1954)

Leonel de Moura Brizola (governador RJ)

Questão indígena

SUMÁRIO:

Conta como será sua biografia, adolescência, ida para as ciências sociais e exílio; fala sobre sua fuga do hospital e a escrita do livro O Povo Brasileiro; fala sobre o livro Mayra; conta sobre sua participação na criação do Parque Nacional do Xingu e a luta pela questão indígena; conta sobre seus contos eróticos; conta sobre suas namoradas; conta sobre sua atuação no Senado, opiniões sobre a educação básica e o escândalo das pastas cor de rosa; comenta sobre a violência no Rio de Janeiro.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Darcy Ribeiro

DADOS BIOGRÁFICOS: Darcy Ribeiro (Montes Claros, 26 de outubro de 1922 — Brasília, 17 de fevereiro de 1997) foi um antropólogo, escritor e político brasileiro, conhecido por seu foco em relação aos índios e à educação no país. Suas ideias de identidade latino-americana influenciaram vários estudiosos latino-americanos posteriores. Como Ministro da Educação do Brasil realizou profundas reformas que o levou a ser convidado a participar de reformas universitárias no Chile, Peru, Venezuela, México e Uruguai, depois de deixar o Brasil devido à ditadura militar de 64.

ENTREVISTADOR (ES): Félix Athayde, Neila Tavares, Cícero Sandroni, Leonel Katz, Ferdý Carneiro, João Carlos Rabello e Jaguar.

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: O Pasquim

TÍTULO DA MATÉRIA: Darcy Ribeiro, a voz do Rio de Janeiro no Senado

DATA: 27/09/1990

LOCAL: desconhecido

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Acadêmicos/Intelectuais

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPPen.AI. cli.dr4	7 páginas	Sim	

DESCRITORES:

Analfabetismo
Brasil Império
CGT – Central Geral dos Trabalhadores
CIEPs - Centros Integrados de Educação Pública
CUT – Central Única dos Trabalhadores
Ditadura militar (1964-1985)
Getúlio Dornelles Vargas (político brasileiro)
Governo Collor (1990-1992)
Governo João Goulart (1961-1964)
Governo Leonel Brizola (Estado do RJ, 1983-1987)
Governo Sarney (1985-1989)
Guerra Fria
Marxismo
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PT – Partido dos Trabalhadores
Questão indígena
Senado Federal

SUMÁRIO:

Começa falando, em tom de humor, sobre sua última entrevista ao Pasquim; conta sobre sua decisão de se candidatar ao Senado e relação com Brizola ao ter sido vice governador; fala que se deve “passar o Brasil a limpo”, avaliando o atraso do sistema educacional brasileiro; novamente, sobre sua atuação no senado; sobre a experiência com os índios no pantanal, sua atuação no senado e a participação de seus suplentes; fala sobre a falta de idealismo da juventude dos anos 90; fala sobre a atualidade do pensamento marxista e critica seus críticos conservadores; sobre o salário mínimo atual e o proposto por Jango; fala sobre sua volta ao Brasil para se deparar com um povo ainda mais miserável que antes da ditadura; critica os críticos de Brizola; critica o governo Collor e os conservadores; critica a mídia brasileira; fala sobre populismo, Getúlio e Jango; critica aos teóricos de direita; avalia a atuação política de Vargas na segunda Guerra mundial; critica o sindicalismo do PT; fala sobre a relação da escravidão com o império; sobre o imposto sindical; conta sobre experiências estrangeiras semelhantes aos CIEPs; crítica à mídia brasileira ao abordar o tema dos CIEPs; críticas à urbanização e educação de São Paulo; sobre o analfabetismo em São Paulo; critica o caráter elitista e exclusor do sistema educacional brasileiro; fala sobre o custo das edificações dos CIEPs e do preconceito dos conservadores para ensino para crianças pobres; fala sobre as condições de trabalho do professorado, no geral, e nos CIEPs; fala sobre as casas comunitárias; fala sobre os preconceitos das elites brasileiras; fala sobre a cultura popular e a cultura erudita brasileira; fala sobre a política de cultura adotada pelo PDT; fala sobre a proposta de fazer CIEPs em Minas Gerais; sobre o Memorial da América Latina; fala sobre a causa indígena, as classes dominantes e a questão da terra; fala suas principais bandeiras como senador; fala sobre o papel das multinacionais no Brasil e a dívida externa; fala sobre a economia da guerra em tempos de fim da guerra fria; fala sobre a importância da cultura e da educação para o Brasil.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Darcy Ribeiro

DADOS BIOGRÁFICOS: Darcy Ribeiro (Montes Claros, 26 de outubro de 1922 — Brasília, 17 de fevereiro de 1997) foi um antropólogo, escritor e político brasileiro, conhecido por seu foco em relação aos índios e à educação no país. Suas ideias de identidade latino-americana influenciaram vários estudiosos posteriores. Como Ministro da Educação do Brasil realizou profundas reformas que o levou a ser convidado a participar de reformas universitárias no Chile, Peru, Venezuela, México e Uruguai, depois de deixar o Brasil devido à ditadura militar de 64.

ENTREVISTADOR (ES): José Castello

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: O Estado de São Paulo

TÍTULO DA MATÉRIA: 'Diários Índios' será obra-prima de Ribeiro

DATA: 20/04/1995

LOCAL: desconhecido

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Acadêmicos / Intelectuais

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en.AI. cli.dr5	3 páginas	Sim	

DESCRITORES:

Questão indígena

SUMÁRIO:

Começa a entrevista falando do livro em que está trabalhando, sobre os Urubu-caapor e sua relevância científica; conta sobre suas expedições com os Urubu-caapor no Maranhão; conta sobre a genealogia deste povo; compara *O Povo Brasileiro* com o vindouro *Diários Índios*; fala sobre seu futuro livro infanto-juvenil; comenta sobre seu futuro livro de poesias eróticas.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Darcy Ribeiro

DADOS BIOGRÁFICOS: Darcy Ribeiro (Montes Claros, 26 de outubro de 1922 — Brasília, 17 de fevereiro de 1997) foi um antropólogo, escritor e político brasileiro, conhecido por seu foco em relação aos índios e à educação no país. Suas ideias de identidade latino-americana influenciaram vários estudiosos posteriores. Como Ministro da Educação do Brasil realizou profundas reformas que o levou a ser convidado a participar de reformas universitárias no Chile, Peru, Venezuela, México e Uruguai, depois de deixar o Brasil devido à ditadura militar de 64. Na ocasião da entrevista cumpria mandato de Senador pelo estado do Rio de Janeiro.

ENTREVISTADOR (ES): Paulo Vasconcellos e Roberta Jansen

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: jornal O Estado de São Paulo

TÍTULO DA MATÉRIA: Darcy desdenha da morte e ressuscita índios / Darcy Ribeiro exalta Caetano, Gil e Chico / Mulherengo confesso e apaixonado inveterado / Antropólogo e sonhador da política brasileira

DATA: 26 de outubro de 1995 (1ª entrevista) e 24 de fevereiro de 1996 (3 últimas entrevistas)

LOCAL: 1ª entrevista realizada no Rio de Janeiro, o local das demais não é identificado.

OBSERVAÇÕES: Trata-se de quatro entrevistas publicadas em duas datas distintas do mesmo jornal. Precedido de texto “Darcy Ribeiro supera os limites do tempo”, de autoria da entrevistadora Roberta Jansen.

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Acadêmicos/Intelectuais

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en.Ai. cli.dr6	9 páginas	Sim	

DESCRITORES:

Banco da Terra
Descriminalização da maconha
Desemprego
FHC – Fernando Henrique Cardoso
Fome e pobreza
Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998)
Índios Urubu-caapor
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
Leonel de Moura Brizola (governador RJ)
Lévi-Strauss (antropólogo)
Liberalismo econômico
Literatura brasileira
PDT - Partido Democrático Trabalhista
Povos indígenas
Questão agrária

SUMÁRIO:

1ª Entrevista: Fala sobre seu próximo livro, que reunirá relatos dos anos que viveu com os índios Urubu-caapor; comenta um diálogo que teve com Lévi-Strauss sobre outra obra sua; conta alguns episódios curiosos que viveu com os índios Urubus-caapor; faz considerações em torno da expectativa de que ele publique uma biografia; fala sobre seu estado de saúde; termina a entrevista falando da realização de sua festa de aniversário daquele ano;

2ª Entrevista: O escritor conta sobre estar escrevendo sua biografia, porquê resolveu escrevê-la e o que vai relatar na obra; fala sobre os vinte anos da publicação do romance “Maíra”, de sua autoria e conta sobre quando e como o escreveu; compara o romance com a obra “Diários Índios”, que então estava próximo de ser publicado; opina sobre as diferenças entre escrever romance e teoria antropológica; fala sobre a importância da literatura brasileira, citando Jorge Amado e Érico Veríssimo; fala sobre a intenção que possuía de publicar um livro erótico, “Eros e Tântatos”, da qual foi desincentivado pelo amigo Oscar Niemeyer; fala sobre cinema, sobre ter realizado alguns documentários; a partir da intenção de realizar uma novela baseada em “Maíra”, fala da relação com sua mãe através do apreço pelas telenovelas; opina sobre a intelectualidade, afirmando serem os músicos Caetano Veloso, Gilberto Gil e Chico Buarque os grandes intelectuais do país e explica porque enxerga desta forma; opina sobre o então presidente Fernando Henrique Cardoso;

3ª Entrevista: Fala brevemente sobre sua vida pessoal, sua saúde e suas relações amorosas; fala sobre consumo de maconha e sobre a descriminalização desta;

4ª Entrevista: Tece críticas ao governo FHC, apontando graves índices de desemprego e fome no país; coloca algumas possibilidades de criação de empregos e comenta os índices de mortalidade da juventude; fala da política liberal de FHC e comenta brevemente sobre a conjuntura mundial pós queda do Muro de Berlim; fala da situação dos partidos de esquerda no país; faz alguns comentários sobre a questão agrária brasileira e da política de reforma agrária do governo FHC; fala sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, cujo texto vinha sendo elaborado a partir de seu mandato como Senador pelo estado do Rio de Janeiro; comenta sobre outros projetos de lei que idealiza; fala brevemente sobre ser socialista naquele contexto, faz elogios à Leonel Brizola e comenta as expectativas do PDT para as eleições municipais que se aproximam.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Darrell Addison Posey

DADOS BIOGRÁFICOS: Etnobiólogo norte-americano, doutor em Antropologia, pesquisador do Museu Emílio Goeldi, foi presidente da Sociedade Internacional de Etnobiologia e atuou junto a organizações não governamentais durante a ECO-92 no Rio de Janeiro.

ENTREVISTADOR (ES): Ronaldo Brasiliense

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Jornal do Brasil

TÍTULO DA MATÉRIA: “O mundo deve ouvir os povos tradicionais”

DATA: 17/02/1992

LOCAL: Belém, PA

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Acadêmicos / Intelectuais

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en.AI cli.dap	02 páginas	Sim	

DESCRITORES:

Amazônia

Biodiversidade

Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO 92, RJ)

Darrell Addison Posey (etnobiólogo norte-americano)

Ecologia

Governo Collor (1992 – 1994)

Povos tradicionais

Preservação do meio ambiente

Semam – Secretaria de Meio Ambiente

SUMÁRIO:

Explica que a 10 anos quem falasse em ecologia era tido como contrário aos interesses do Brasil; diz que brasileiro está começando a entender o debate ecológico e não aceitar a crítica feita pelo estrangeiro; questiona o lugar que o Brasil vai tomar na Eco-92; diz que sua missão é a de abrir espaços de fala para os verdadeiros brasileiros; fala sobre sonho de que o homem ocidental reconheça a riqueza cultural e biológica dos povos tradicionais; fala sobre sonho de uma ressignificação no conceito de riqueza e possibilidade de dividir essa riqueza com os povos tradicionais; afirma que “ecologia” virou moda e coloca os aspectos negativos desse modismo; afirma que países industrializados sabem que para melhorar a situação ambiental do planeta é necessário uma mudança no modo de produção; fala sobre importância da Agenda 21 durante a ECO-92; opina que resultado concreto da ECO-92 será um aumento da consciência ecológica; fala sobre mudança de comportamento dos povos indígenas frente a natureza; opina sobre o que o homem branco deve aprender com os indígenas; fala sobre conhecimento da biodiversidade da Amazônia pelo indígenas.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Fábio Konder Comparato

DADOS BIOGRÁFICOS: Jurista. Em 2005, recebeu a Medalha Chico Mendes de Resistência, prêmio entregue pela ONG brasileira Grupo Tortura Nunca Mais àqueles que consideram ter se destacado na luta pelos Direitos Humanos. Publicou, entre outros, o livro “Para viver a Democracia e um Projeto de Constituição para o Brasil”, intitulado “Muda Brasil”.

ENTREVISTADOR (ES): Nelson Letaif

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Revista *Senhor*

TÍTULO DA MATÉRIA: “A Constituinte do nada mudou – Fábio Comparato, o jurista que disse não à Comissão Arinos, aponta os erros do projeto do governo para uma nova ordem constitucional”

DATA: 16/10/1985

LOCAL: Não consta

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Acadêmicos / Intelectuais

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. Al.cli.fkc	05 páginas	Sim	Recorte original e fotocópia do periódico

DESCRITORES:

Eleições constituintes (1985)
Governo Sarney (1985-1989)
Congresso Nacional
Representação política
Participação popular
Estruturas de poder
Assembléia Nacional Constituinte (1986-1987)

SUMÁRIO:

Defende a Constituinte desvinculada do Congresso Nacional e eleita sem os vícios que deturpam o atual sistema de representação política; revela que não aceitou o convite de Sarney para fazer parte da Comissão Afonso Arinos; mostra-se cético quanto à possibilidade de mudanças profundas na estrutura socioeconômica do País e acredita que a Constituição deva ser elaborada por uma Assembléia Constituinte popular.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Fábio Konder Comparato

DADOS BIOGRÁFICOS: Jurista, formado pela USP, doutor em Direito pela Universidade de Paris e doutor *honoris causa* pela Universidade de Coimbra. Membro da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo e professor titular da Universidade de São Paulo (USP). Em 2005, recebeu a Medalha Chico Mendes de Resistência, prêmio entregue pela ONG brasileira Grupo Tortura Nunca Mais àqueles que consideram ter se destacado na luta pelos Direitos Humanos. Publicou, entre outros, o livro “Para viver a Democracia e um Projeto de Constituição para o Brasil”, intitulado “Muda Brasil”.

ENTREVISTADOR(ES): Não consta

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Revista *Sem Terra*

TÍTULO DA MATÉRIA: “A constituição dos patrões”

DATA: 21/10/*

LOCAL: São Paulo

OBSERVAÇÕES: Não consta o ano da publicação no recorte da fotocópia da revista.

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Acadêmicos / Intelectuais

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. Al.cli.fkc2	01 página	Sim	Fotocópia do periódico

DESCRITORES:

Assembleia Nacional Constituinte (1987)
Constituição Federal (1988)
Direito trabalhista
Estado
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Ocupação de Terra
Reforma Agrária
Trabalhador rural
Trabalho escravo

SUMÁRIO:

Aponta que a Constituição (de 1988) representa a consolidação da política conservadora, tendo significado retórico, principalmente para o trabalhador rural, pois é difícil de colocar em prática os direitos sociais conforme consta na Carta; nessa perspectiva, esclarece que os direitos trabalhistas estendidos aos trabalhadores rurais não correspondem necessariamente a uma conquista, pois o Estado não tem condições de fiscalizá-los, tornando-os irrealizáveis na prática; argumenta que a Constituinte enfraqueceu o Estado – considera que o reconhecimento do Estado da existência de trabalho escravo em 167 imóveis rurais, em 1986, reforça essa tese; com isso, destaca que os trabalhadores devem confiar acima de tudo na sua capacidade de organização, já que a Constituição não representa nada para eles; aponta as razões pelas quais considera que a reforma agrária sofreu uma involução na Constituição; opina que as ocupações de terra são válidas como uma forma de se lutar pela reforma agrária, porém as considera insuficientes – aponta ser necessária uma política de reforma agrária ampla; sugere que o MST tenha maior organização e elabore um grande projeto político para o país, caso queira avançar na luta pela reforma agrária.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Francisco de Oliveira

DADOS BIOGRÁFICOS: Economista e militante do PT - Partido dos Trabalhadores.

ENTREVISTADOR (ES): Leda Paulani e Fernando Haddad

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Revista *Reportagem*, número 41.

TÍTULO DA MATÉRIA: “É preciso manter o estado de rebeldia”

DATA: 02/ 2003

LOCAL: Não consta

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Acadêmicos / Intelectuais

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. Al.cli.co	20 páginas	Sim	Digitada, com marcações de marca-texto

DESCRITORES:

Capitalismo
Celso Furtado (economista)
Classe social
Classe trabalhadora
Congresso Nacional
Conjuntura política
Democracia
Distribuição de renda
Ditadura militar (1964-1985)
Estado
Golpe militar (1964)
Governo FHC (1995-2002)
Governo Lula (2003-2006)
Justiça social
Modernização conservadora
Pobreza
Política econômica
Processo de privatização
PT – Partido dos Trabalhadores

SUMÁRIO:

Faz uma análise pessimista do Governo FHC; analisa a tese de Celso Furtado de que o Brasil tem potencial para se construir como nação; critica a má distribuição de renda; opina sobre o processo de privatização e estatização no Brasil; aborda o processo de acumulação do Estado; critica a “dita” democracia e modernização do Estado; comenta o desenvolvimento social e a renda social de Eduardo Suplicy; comenta os programas de desenvolvimento econômico e social do País; demonstra preocupação com o Governo Lula e a possibilidade de os militantes do PT remarem a “favor da maré”; defende o ‘bem estar social’ como custo prioritário de um governo; fala sobre a visita de Celso Furtado aos bairros miseráveis de Coque e Brasília Teimosa (Recife); reflete sobre a mídia, os chargistas e a opinião pública; explica a expressão “construção interrompida”, de Celso Furtado; faz crítica e comparação ao livro de Élio Gaspari, *A Ditadura Envergonhada*; avalia o começo do Governo Lula.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Francisco Julião, Fernando Pereira Sodero, Manoel da Conceição, Roberto Freire e José de Souza Martins

DADOS BIOGRÁFICOS: Francisco Julião foi deputado federal por Pernambuco, fundador das ligas camponesas; Fernando Sodero é professor de direito na USP e na Universidade de Los Andes; Manoel da Conceição foi membro da executiva nacional do PT; Roberto Freire, deputado federal pelo PMDB de Pernambuco e José de Souza Martins é sociólogo e professor da USP.

ENTREVISTADOR (ES): Abdias Vilar de Carvalho

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Folhetim

TÍTULO DA MATÉRIA: Uma Reforma que já preocupava José Bonifácio

DATA: 14/09/1980

LOCAL: São Paulo

OBSERVAÇÕES: Trata-se de uma mesa redonda, onde o “entrevistador” é, na verdade, um mediador do debate.

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Outros

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en.OU.cli .ffmrj	6 páginas	Sim	

DESCRITORES:

Abolicionismo
Antônio Conselheiro (líder messiânico)
Campepinato
Congresso da Contag (III,1979)
Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
Estatuto da terra
Êxodo rural
Expansão capitalista
Francisco Julião Arruda de Paula (advogado das Ligas Camponesas/político)
Guerra de Canudos
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
José Bonifácio de Andrada e Silva (patriarca da Independência)
José de Souza Martins (acadêmico)
Latifúndio
Ligas Camponesas
Migração
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PT – Partido dos Trabalhadores
Reforma Agrária
Sindicalismo rural

SUMÁRIO:

O debate se inicia com o mediador fazendo uma retomada histórica da questão da reforma agrária no Brasil e perguntando para os debatedores sobre a viabilidade e necessidade de uma reforma agrária “hoje”; Julião traça um panorama histórico profundo da questão agrária brasileira desde os tempos de José Bonifácio, passando pela abolição, os movimentos camponeses no período pós proclamação da república; Julião continua e fala sobre a relação das forças democráticas com a reforma agrária no contexto da abertura lenta e gradual; Sodero reforça a análise histórica de Julião, dando mais detalhes sobre a reforma agrária nos tempos de José Bonifácio, antes e depois da Independência; Sodero continua sua fala no sentido de criticar a morosidade da atual política de reforma agrária; Manoel da conceição critica a ditadura no sentido da necessidade que tem de explorar o trabalhador ao máximo; Continua sua fala no sentido do caráter anticapitalista da luta pela reforma agrária, apontando a necessidade dos trabalhadores do campo e da cidade, no Brasil e no exterior, traçarem uma pauta comum, pois a luta isolada no campo, para ele, é conectada com muitas outras; Martins começa sua fala apontando a carga de sentidos que o termo “reforma agrária” carrega, afirmando que frequentemente ela é referida como algo pronto; Martins continua sua fala, situando o debate no que diz respeito à concentração fundiária e a situação do trabalho no campo no Brasil atualmente; Abdias pergunta para Freire o que os movimentos camponeses estão reivindicando atualmente; Freire começa sua fala apontando a necessidade de se realizar a reforma agrária e levantando o questionamento de se esta seria também uma necessidade de regimes capitalistas; O deputado continua sua fala no sentido de relacionar as forças democráticas com a necessidade de reforma agrária em regimes capitalistas; Abdias pergunta para os debatedores se eles acham possível uma reforma agrária num regime capitalista; Julião responde no sentido de que isso é possível com mais democracia; Sodero chama atenção para a necessidade da liberdade sindical para que isso seja possível; Sodero critica o governo, apontando para seu

desinteresse de se fazer reforma agrária; Freire faz uma fala no sentido de que a reforma agrária só seria possível em um governo democrático; Manoel fala sobre o envolvimento do trabalhador rural no PT para se discutir a questão da reforma agrária; Martins fala sobre a questão política por trás da reforma agrária e o profundo envolvimento do capitalismo brasileiro e estrangeiro com a questão da terra; Martins continua, falando sobre a decisão de radicalizar a reforma agrária, tirada no congresso da CONTAG por conta do cenário dramático do trabalhador rural no Brasil; Julião fala sobre o legalismo enquanto uma ferramenta de luta e da necessidade de se criar brechas democráticas para a reforma agrária; Freire aponta sobre a importância do Estatuto da Terra para uma reforma agrária dentro dos limites do capitalismo; Martins, complementando Julião, problematiza a questão da cidadania; Sodero fala sobre a categorização do termo latifúndio; Sodero explica sobre a ideia de se criar uma justiça agrária; Julião, Martins e Freire falam brevemente sobre as prioridades da reforma agrária.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Gerd Sparoveck

DADOS BIográficos: Professor do Departamento de Solos, Nutrição e Plantas da ESALQ/USP. Trabalhou no desenvolvimento e implantação do SIATe (Sistema Integrado de Avaliação da Viabilidade de Terras para Agricultura Familiar) com o Incra em 2002, para avaliação da Qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira, transformado em livro e publicado em 2003.

ENTREVISTADOR(ES): Débora Lerrer

CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Entrevista realizada para o livro *Reforma Agrária: os caminhos do impasse* (São Paulo: Editora Garçon, 2003). Constam no livro depoimentos de gestores públicos, líderes sem-terra, ruralistas e intelectuais a fim de – a partir de perspectivas discordantes – mapear o cenário da reforma agrária no Brasil.

DATA: 2003

LOCAL: São Paulo, SP

ROTEIRO: () SIM (x) NÃO

OBSERVAÇÕES: A entrevista – formatada e editada para fins de publicação - encontra-se disponível entre as páginas 311 e 334. O material disponível em áudio obedece a outra organização daquela encontrada no livro.

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

Série: Acadêmicos/Intelectuais

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7/ CD	MSPP/en Al.k7.gesp	01 fita/k7 90 min	Não	Áudio e suporte bom estado e sonoro. Áudio disponível está incompleto
MP3	MSPP/en Al.mp3.gesp	01h30min	Sim	Faixas reunidas em única faixa de formato MP3/320kbps.
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en Al.trans.gesp	24 páginas	Sim	Páginas digitadas e impressas em livro.

DESCRITORES:

Agricultura familiar
Agronegócio
Assentamento rural
Banco Mundial
CAF – Consolidação da Agricultura Familiar
Concentração fundiária
Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)
I Censo Nacional da Reforma Agrária (1996)
Incrá - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PCPR – Projeto de Redução da Pobreza Rural
PCT – Programa Cédula da Terra
Reforma agrária

SUMÁRIO:

Inicia a entrevista explicando o motivo da realização da pesquisa sobre a qualidade dos assentamentos rurais, detalhando características do projeto; dentre os resultados da pesquisa, frisa a importância de ter vários modelos para atuação na área fundiária, em decorrência das diferentes características da terra no Brasil; analisa os impactos dos assentamentos, reconhecendo a não alteração do problema fundiário existente.

Fita Única, Lado A: Cita as dificuldades operacionais da realização do Censo da reforma agrária de 1996; explica a importância de se ter diferentes políticas pela reforma agrária para o sul, sudeste e para o nordeste; discute a importância da segurança e subsistência familiar para as famílias rurais.

Fita Única, Lado B: Apresenta sua opinião sobre reforma agrária e diversos mecanismos utilizados para promover acesso à terra; reconhece o projeto de assentamento do governo FHC como positivo, apesar de tecer críticas com relação à qualidade dos mesmos; critica o abandono do trabalho de acompanhamento dos assentamentos pelas agências governamentais; tece comentários sobre o Cédula da Terra e os distingue do PCPR (Projeto de Redução da Pobreza Rural); discute a variação do preço da terra e os riscos de especulação.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Guillermo O'Donnell

DADOS BIOGRÁFICOS: Guillermo Alberto O'Donnell (1936 – 2011), nascido em Buenos Aires, foi um destacado cientista político argentino. Entre seus aportes teóricos à Ciência Política, são notáveis os seus escritos sobre o Estado burocrático e autoritário e sobre os processos de transição para a democracia. Desenvolveu conceitos como "accountability (responsabilidade) horizontal", "democracia micro" e "democracia delegativa".

ENTREVISTADOR (ES): Hugo Estenssoro

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Revista Senhor

TÍTULO DA MATÉRIA: "A elite brasileira é muito atrasada"

DATA: 26/08/1986

LOCAL: Não consta

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Acadêmicos / Intelectuais

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en.AI. clip.go	05 páginas	Sim	

DESCRITORES:

Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988)

Ditadura (Argentina)

Ditadura militar (1964-1985)

Política de transição

SUMÁRIO:

Sobre o processo de transição de regimes autoritários para democráticos em especial, no Brasil; a futura democracia brasileira e o bem-estar social; o elitismo brasileiro comparado com o argentino; caracterização da transição democrática brasileira; o viés conservador da transição brasileira e de outros países Latino-americanos e europeus; elementos autoritários presentes no processo de transição; a função da Constituinte no processo de transição; perspectivas futuras a partir do caráter da nova constituição; as constituições enquanto reflexos de um projeto nacional; limitações históricas das constituições brasileiras; distância entre os partidos existentes e suas representações na sociedade; as possibilidades de eclosão de populismos; atraso do sistema político; a falta de representatividade de diversos setores sociais nos sistemas políticos e a cultura autoritária das elites; o papel das forças armadas na consolidação de uma democracia; o papel da igreja nos processos de transição.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Herbert José de Souza (Betinho)

DADOS BIOGRÁFICOS: Nasceu em Minas Gerais em 1935. Integrou a Juventude Estudantil Católica (JEC), a Juventude Universitária Católica (JUC) e fundou a Ação Popular (AP) em 1962. Foi assessor de Paulo de Tarso Santos no Ministério da Educação e Cultura (MEC) durante o governo de João Goulart. Defensor das Reformas de base, foi obrigado a se exilar no Chile em 1971, onde assessorou Salvador Allende até 1973. Anistiado em 1979, retorna ao Brasil, funda o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) em 1981 e passa a se dedicar à luta pela reforma agrária no Brasil. Morreu em 1997 em decorrência do vírus da AINDA, contraído durante uma transfusão de sangue.

ENTREVISTADOR (ES): Ana Kronnemberger

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Revista Brasil Agrícola

TÍTULO DA MATÉRIA: “A UDR é a maior inimiga da reforma agrária”

DATA: julho/1986

LOCAL: Não consta

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Acadêmicos / Intelectuais

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en.AI cli.hjs	05 páginas	Sim	

DESCRITORES:

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNRA – Campanha Nacional pela Reforma Agrária
Congresso da Contag (IV,1985)
Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CSN – Conselho de Segurança Nacional
Ditadura Militar (1964 – 1985)
Estatuto da terra
Herbert José de Souza/Betinho (IBASE)
Ibase – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Justiça social
Latifúndio
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Reforma agrária
UDR – União Democrática Ruralista
Violência no campo

SUMÁRIO:

Define o que seria uma reforma agrária no Brasil; diferencia reforma agrária capitalista da reforma agrária socialista; explica a situação fundiária no Brasil; diferencia latifúndio de empresa agrícola na perspectiva do Incra; fala sobre reforma agrária contemplada, em 1965, pelo governo do general Castelo Branco, através do Estatuto da Terra; afirma que o Estatuto da Terra poderia ter realizado a reforma agrária se tivesse existido uma força e decisão política concreta de quebrar o monopólio da terra e o monopólio da violência das mãos dos grandes proprietários; diz que as Ligas Camponesas trouxeram um projeto de reforma agrária alternativa, de caráter socialista; afirma que proposta atual de reforma agrária é a da Contag; explica relação entre reforma agrária, desenvolvimento econômico e justiça social; diz que capitalistas brasileiros não possuem uma consciência de classe e que estão submetidos aos interesses do capital transnacional; afirma que 80% dos brasileiros aspiram por uma reforma agrária; afirma que única oposição militante contra a reforma agrária é a da UDR; diz que militares só percebem seriedade da questão da terra da perspectiva do conflito e não das consequências políticas, sociais e econômicas; critica significado do Plano Mestre para a reforma agrária; afirma que preferência pela colonização é um grande negócio às custas dos sem terra e dos colonos; comenta atuação dos ministros Dante de Oliveira e Nelson Ribeiro; diz que aplicação do PNRA está cada vez mais distante; critica atuação policial do Estado para conter violência no campo; afirma que reforma agrária e luta contra a violência no campo são as mesmas coisas; diz que a reforma agrária tem como uma das condições de funcionamento estabelecer a autoridade jurídica do Estado sobre os grandes proprietários de terra; critica posicionamento dos latifundiários frente a seus terrenos; afirma que reforma agrária é uma luta política fundamental, que está na raiz de tudo que a sociedade brasileira possui de autoritária e atrasada; diz que a terra é fator de desnacionalização da nossa sociedade e economia; fala sobre subordinação da economia a uma dinâmica transnacional global; fala sobre correlação de forças pró-reforma e necessidade de conquista de aliados; prevê uma piora na situação agrária, na miséria e violência urbana e rural.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Ignácio de Moura Rangel

DADOS BIOGRÁFICOS: Autor do livro *A Inflação Brasileira*, foi formado em Direito, mas reconhecido como economista. Ingressou no Serviço Público Federal em 1952, na assessoria do presidente Getúlio Vargas, e integrou o Conselho Nacional do Petróleo, aposentando-se em 1975 pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. Morreu em 1994.

ENTREVISTADOR (ES): Maurício Dias

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Revista *Senhor*

TÍTULO DA MATÉRIA: “O profeta do óbvio – Há 22 anos, o economista Ignácio Rangel vem demonstrando como a inflação está ligada a recessão. Mas essa lição elementar jamais penetrou nas cabeças duras do sistema”

DATA: 20/03/1985

LOCAL: Não consta

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Acadêmicos / Intelectuais

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. Al.cli.ii	06 páginas	Sim	Recorte do periódico

DESCRITORES:

**Crise social
Economia
Partido político
Processo de privatização
Reforma agrária**

SUMÁRIO:

Ignácio Rangel fala da inflação; diz ser sempre otimista em crises econômicas, pois a própria economia engendra a saída; questionado sobre a ligação entre a situação econômica e o problema social, afirma que o crescimento explosivo provoca crises explosivas; defende a privatização do setor energético, que está plantado sobre bases podres; sobre a reforma agrária, acredita que há condições políticas para tal e que ela deve começar pela cidade; politicamente, se define de esquerda, mas explica porque nunca se filiou a partidos políticos.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Ignacy Sachs

DADOS BIOGRÁFICOS: Economista e diretor do Centro Internacional de Pesquisa sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, em Paris.

ENTREVISTADOR (ES): José Onofre

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Revista *Senhor*

TÍTULO DA MATÉRIA: “É preciso reaprender a crescer – O Brasil de hoje tem mais condições que o de 50 anos atrás. Como pode ser?”

DATA: 19/10/1983

LOCAL: Não consta

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Acadêmicos / Intelectuais

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. Al.cli.is	05 páginas	Sim	Original e fotocópia da entrevista

DESCRITORES:

Crescimento econômico
Crise econômica
Crise política
Economia
Emprego
Estrutura de produção
Pensamento social brasileiro
Reforma política
Ideologia

SUMÁRIO:

Sachs fala da crise política e econômica no Brasil, apesar de seu potencial de recursos naturais e humanos; argumenta que, para o país crescer, é necessária uma mudança no comportamento e na maneira de pensar e se fazer algumas reformas políticas e sociais capazes de alterar a atual estrutura de mercado interno, a expansão dos negócios e do emprego; diz que a economia brasileira é um encaixe de interesses e que ela beneficia principalmente os bancos; atenta para a imperfeição da ciência econômica atrelada a ideologias, sendo necessário traduzi-la em propostas concretas.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Immanuel Wallerstein

DADOS BIOGRÁFICOS: Sociólogo americano. Conhecido como um dos autores da teoria sistema-mundo, sua obra “O sistema mundial moderno” descreve o mundo capitalista do século XVI ao XIX.

ENTREVISTADOR (ES): Gustavo loschpe

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Folha de São Paulo

TÍTULO DA MATÉRIA: “A ruína do capitalismo”

DATA: 17/10/1999

LOCAL: Paris (França)

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Acadêmicos e Intelectuais

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en.Al.cli.i wa	1 página	Sim	Recorte do original.

DESCRITORES:

Banco Mundial
Crise do capitalismo
Desenvolvimentismo
EUA - Estados Unidos da América
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FMI - Fundo Monetário Internacional
Globalização
Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998)
Governo Fernando Henrique Cardoso (1999-2002)
Liberalismo econômico
Mercado internacional
Terceira via (doutrina social democrata)
Tratado de livre comércio

SUMÁRIO:

Fala sobre o conceito de globalização como mistificação de uma realidade que não é nova, explica sua posição citando as disputas dos EUA pela abertura dos mercados e atuação do FMI e Banco Mundial; opina sobre os tratados de livre comércio e faz um panorama sobre os conflitos que podem se desdobrar a partir destes acordos; fala sobre a Terceira Via, caracterizando os políticos alinhados à esta enquanto como social-democratas de forte tendência liberal, citando FHC; opina sobre as diversas discussões em torno do conceito de liberalismo, caracterizando-o como a doutrina do centrismo político; aprofunda na caracterização do liberalismo, explicando os limites do que considera ser uma doutrina reformista e apontando o que chama de “avatares” do liberalismo, citando entre estes o leninismo; fala sobre as razões que o levam a afirmar que o capitalismo está acabando, comentando o que considera como os limites então colocados para a acumulação de capital e o colapso de suas bases de sustentação política; opina sobre como vai se dar este colapso do sistema capitalista e a ordem social que o sustenta; fala sobre a polarização e a hierarquia entre países como estrutural do capitalismo global, apontando o discurso da modernização e do desenvolvimento como falaciosos; fala sobre o desafio político da criação de outra estrutura econômico e social, e aponta as possibilidades do Brasil influenciar este cenário; aponta alguns questionamentos às afirmações de que o capitalismo trouxe melhor qualidade de vida para todos; fala sobre FHC, enquanto presidente e enquanto sociólogo, explicando por que considera suas decisões políticas como coerentes com as mudanças de posição intelectual do mesmo nos anos 70; fala sobre suas expectativas em relação à construção de alternativas frente ao colapso do capitalismo.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): James Baker

DADOS BIOGRÁFICOS: Presidente do Joint Oceanographic Instituitios Incorporated, instituto que centraliza e gerencia pesquisas sobre os oceanos, criado em 1978, com sede em Washington nos EUA. Esteve em São Paulo para um seminário organizado pela embaixada norte-americana, ocasião em que foi entrevistado.

ENTREVISTADOR (ES): não identificado.

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Folha de S. Paulo

TÍTULO DA MATÉRIA: Poluição dos oceanos reduz número de peixes

DATA: 21/08/1989

LOCAL: São Paulo - SP

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Acadêmicos e Intelectuais

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en.Ai.cli.jbk	1 página	Sim.	

DESCRITORES:

Desequilíbrio ambiental
Impacto ambiental
Mudanças climáticas
Oceanografia
Poluição ambiental
Pesca
Questão florestal
USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO:

Fala da inexistência de dados confiáveis que demonstrem a alteração do clima pela emissão de dióxido de carbono, mas fala da certeza de mudança climática futura se a devastação das florestas continuar; fala não ser possível ainda determinar a conexão direta entre a devastação do meio ambiente e as mudanças no clima, mas aponta a possibilidade e afirma não ser este o objeto de estudo do instituto que preside; fala sobre o perigo iminente que vive o planeta, sobre a grande diminuição do número de peixes; fala especificamente sobre a costa brasileira, sobre o problema da sobrepesca (pesca além dos limites da capacidade de reprodução dos cardumes) e destruição da habitat das espécies, destacando os mangues; fala sobre a falta de tratamento de esgoto como o principal problema dos oceanos e a importância de entender o papel destes no equilíbrio ambiental do planeta; fala sobre a possibilidade de parcerias do Joint Oceanographic com outras universidades, citando contato com o Instituto de Oceanografia da USP e possibilidade de um acordo para cooperação nas pesquisas; comenta o funcionamento o instituto de pesquisas que preside citando o montante de investimento em pesquisas.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): José Alexandre Scheinkman

DADOS BIOGRÁFICOS: É um professor brasileiro-estadunidense de economia na universidade de Columbia.

ENTREVISTADOR (ES): Toni Marques

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: O Globo

TÍTULO DA MATÉRIA: 'A Alca é pequena para o Brasil'

DATA: 14/04/2001

LOCAL: Nova York

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Acadêmicos/Intelectuais

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en.Al.cli.jas	1 página	Sim	

DESCRITORES:

Alca – Área de Livre Comércio das Américas

EUA - Estados Unidos da América

Mercosul - Mercado Comum do Sul

SUMÁRIO:

Começa falando dos problemas do mercado acionário do Brasil; fala sobre o caráter de fechamento da economia brasileira; sobre a queda de juros no Brasil frente a desaceleração do crescimento da economia mundial; fala sobre o ciclo de expansão da economia dos EUA dos anos 90; fala sobre o Mercosul e Alca.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): José de Souza Martins

DADOS BIOGRÁFICOS: Professor e sociólogo de Universidade de São Paulo, especialista na questão agrária no Brasil. Foi assessor da CPT e da CNBB. Em 1996, trabalhou na Comissão de Curadores do Fundo Voluntário da ONU sobre Formas Contemporâneas de Escravidão.

ENTREVISTADOR (ES): Alfredo Bosi

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Revista *Estudos Avançados*

TÍTULO DA MATÉRIA: “Sociologia e militância”

DATA: 20 e 27/05 e 10/06 de 1997

LOCAL: Não consta

OBSERVAÇÕES: A entrevista foi revisada pelo entrevistado.

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Acadêmicos / Intelectuais

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. Al.cli.jsm	50 páginas	Sim	Digitada

DESCRITORES:

ABC paulista
Capitalismo dependente
Ciências Sociais
CNBB - Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
Congresso Nacional
Contag - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT - Comissão Pastoral da Terra
Desemprego
Desenvolvimento territorial
Ditadura militar (1964-1985)
Dom Pedro Casaldáliga
Emprego
FHC - Fernando Henrique Cardoso
Florestan Fernandes
Globalização
Governo FHC (1995-2002)
Governo Vargas
Igreja
Legislação trabalhista
Marxismo
Memória social
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONU - Organização das Nações Unidas
Operários
Protestantismo
PT – Partido dos Trabalhadores
Questão agrária
Reforma agrária
Renda
São Paulo
Terceirização do trabalho
Trabalho escravo

SUMÁRIO:

Fala sobre sua formação intelectual, vida universitária, pesquisa acadêmica e trabalho de campo; faz reflexões e críticas ao 'dualismo'; apresenta considerações sobre a 'teoria da dependência' e globalização; opina sobre o desenvolvimento nacional versus desenvolvimento global; discorre sobre as leis trabalhistas e sobre o uso equivocado do termo 'populismo'; fala de seu interesse pela sociologia do cotidiano e faz considerações sobre a diferença entre vida privada e vida cotidiana; diz que tem interesse pelo estudo e recuperação da memória dos excluídos; fala sobre o medo familiar da repressão no subúrbio de São Caetano; diz que faz releitura de Marx na Universidade com seus alunos; comenta sobre o estudo da escravidão na ONU e sobre a ocorrência desta situação de trabalho no mundo; faz análises gerais sobre renda, desemprego, terceirização e capitalismo; trata da relação e orientação das Igrejas na ditadura

militar; trata da relação pessoal com a Igreja, em especial a CPT; analisa a Igreja progressista e a questão agrária; fala sobre D. Pedro Casaldáliga e outros religiosos progressistas; analisa o crescimento de seitas evangélicas e seus impactos; apresenta sua análise sobre a reforma agrária, governo FHC e MST; faz um diagnóstico do ensino e pesquisa em Ciências Sociais no país.



DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): José de Souza Martins

DADOS BIOGRÁFICOS: Professor e Sociólogo de Universidade de São Paulo, especialista na questão agrária no Brasil. Foi assessor da CPT e da CNBB. Em 1996 trabalhou na Comissão de Curadores do Fundo Voluntário da ONU sobre Formas Contemporâneas de Escravidão.

ENTREVISTADOR (ES): Não identificado

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: *Jornal O Companheiro*

TÍTULO DA MATÉRIA: “O campo está lutando e precisa ser ouvido”

DATA: Final dos anos 1970

LOCAL: Não informado

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Acadêmicos / Intelectuais

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. Al.cli.jsm2	09 páginas	Sim	Original datilografada

DESCRITORES:

Assalariado rural
Boia-fria
Conflito por terra
Darcy Ribeiro (Acadêmico)
Despejo
Especulação fundiária
Fronteira agrícola
Governo Figueiredo (1979-1985)
Igreja Católica
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Luta por terra
Mecanização agrícola
Mídia e poder
Migração
Pequeno agricultor
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
Posseiro
Povos indígenas
PP – Partido Progressista
Projeto de colonização agrária
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
Reforma agrária
Violência no campo

SUMÁRIO:

O entrevistado fala da importância da luta pela reforma agrária nascer no campo e não na cidade; aponta a diversidade das realidades rurais; discorre sobre a luta por reconhecimento dos povos indígenas; defende que há diferenças entre a luta pela redistribuição da propriedade privada da luta por “propriedade do trabalho”, esta característica da luta dos posseiros; fala sobre a necessidade dos movimentos sociais urbanos reconhecerem a existência de uma luta no campo brasileiro; fala sobre a atuação de determinados setores da Igreja na luta pela terra; defende que o “caboclo” não pensa conceitualmente mas “fala com as mãos”, através da ação; ressalta as especificidades dos trabalhadores rurais e suas diversas linguagens sociais e políticas; fala sobre os impactos dos meios de comunicação no campo brasileiro; fala sobre a abstração do poder no imaginário do trabalhador rural; discorre acerca das expulsões decorrentes da acelerada expansão da fronteira agrícola e discorda daqueles que afirmam estarem as fronteiras esgotadas; fala sobre a especulação da terra, a resistência das populações aos deslocamentos e o desencadear de conflitos violentos; comenta a situação dos boias-frias e pequenos produtores agrícolas, o trabalho sindical e a expansão das fazendas que dispensam mão-de-obra; trata do problema gerado na prática sindical ao unir posseiros e peões num mesmo espaço; critica a criação de partidos políticos que tinham em seus programas o trabalhador rural como base, afirma que não há clareza nas propostas de reforma agrária, a exemplo do PMDB e PTB; elogia a proposta do PT, que considera consistente com seu projeto

de classe; afirma que estes partidos baseiam-se no trabalhadores urbanos e impõem uma perspectiva de classe média em seus programas.



DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): José de Souza Martins

DADOS BIOGRÁFICOS: Professor e Sociólogo de Universidade de São Paulo (USP), especialista na questão agrária no Brasil. Foi assessor da CPT e da CNBB. Em 1996 trabalhou na Comissão de Curadores do Fundo Voluntário da ONU sobre Formas Contemporâneas de Escravidão.

ENTREVISTADOR(ES): Vera Magalhães

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Revista *Primeira Leitura*

TÍTULO DA MATÉRIA: Não consta

DATA: Não consta

LOCAL: Não consta

OBSERVAÇÕES: A revista publicou trechos da entrevista concedida, por e-mail, pelo sociólogo.

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Acadêmicos / Intelectuais

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. Al.cli.jsm3	03 páginas	Sim	

DESCRITORES:

CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
Conjuntura Política
CPT – Comissão Pastoral da Terra
Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998)
Governo Fernando Henrique Cardoso (1999-2002)
Igreja Católica
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Política agrária
PT – Partido dos Trabalhadores
Socialismo

SUMÁRIO:

Comenta sobre a possível perda de força do MST no segundo mandato do governo FHC e a relação desse fato com o projeto eleitoral do PT para chegar à presidência; avalia procedente a tese de que há um incremento do conservadorismo da Igreja e comenta os impactos dessa mudança na atuação política de membros eclesiais; analisa criticamente a atuação política do MST e do PT diante do governo FHC; comenta a respeito da reorientação do PT para o centro e os efeitos disso para a política de reforma agrária que pode vir a ser tomada pelo partido no caso de uma vitória nas eleições para presidente; fala sobre o papel histórico do MST e da Igreja no questionamento da marginalização de setores da sociedade brasileira; por fim, considera que o projeto de reforma agrária do governo FHC tem como matéria-prima essencial as experiências do MST e da igreja, embora essas instituições não reconheçam esse fato.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): José de Souza Martins

DADOS BIOGRÁFICOS: Professor e Sociólogo de Universidade de São Paulo (USP), especialista na questão agrária no Brasil. Foi assessor da CPT e da CNBB. Em 1996 trabalhou na Comissão de Curadores do Fundo Voluntário da ONU sobre Formas Contemporâneas de Escravidão.

ENTREVISTADOR (ES): Elias Ribeiro Pinto

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Diário do Pará

TÍTULO DA MATÉRIA: “O problema fundiário ameaça democracia”

DATA: 14/05/2000

LOCAL: Belém/PA

OBSERVAÇÕES: Entrevista editada para caber no espaço disponível no jornal.

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Acadêmicos / Intelectuais

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. Al.cli.jsm4	03 páginas	Sim	

DESCRITORES:

Agricultura familiar
Amazônia
Estatuto da Terra
Estruturas sociais rurais
Getat - Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins
Governo Federal
Igreja
Mídia e poder
Modernização da agricultura
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Questão agrária
Segurança nacional
Socialismo
Trabalhador rural

SUMÁRIO:

Comenta o tratamento dado pela Revista Veja ao MST, que considera agressivo; avalia o conteúdo do discurso do MST no que se refere às propostas de mudança social e afirma que o que ele entende como um verbalismo do movimento é fruto de um desencontro entre sua prática e teoria; julga que os valores e as estruturas sociais do movimento são conservadoras, familistas e comunitárias e que propõe uma modernização agrícola, tecnológica e da divisão do trabalho muito avançada para a agricultura familiar; avalia que o programa de assentamentos do MST tem tido uma perspectiva neocapitalista e comunitário-desenvolvimentista, o que considera ser uma reinvenção social; sugere ser possível denominar essa experiência de socialista cristã; comenta os efeitos do programa político do MST, que tem distanciado alguns interlocutores e também os sujeitos do movimento, que ficam submetidos à mediação de grupos sociais e políticos; ainda em relação a esse debate, avalia que a Igreja tem estado muito confusa em relação ao tema da ousadia, privando-se de influenciar nesse processo por temer ser acusada de conservadorismo e de deslealdade aos pobres; comenta seu livro “A Militarização da Questão Agrária no Brasil”, que trata da transformação da questão agrária em questão de segurança nacional (expressado na criação do Estatuto da Terra e do GETAT, por exemplo); esclarece que não acredita que a ameaça recente do governo convocar o Exército para combater o MST signifiquem um risco de re-militarização da questão agrária; comenta como percebe algumas ações do MST, que acabam, em algumas situações, violando direitos humanos; aborda a dificuldade da esquerda de lidar com os regionalismos, destacando, em especial, o papel da Amazônia; explica que a ignorância e a falta de estudo na prática política podem fazer do revolucionário um conservador, de práticas corporativistas e fascistas; entende que o MST é conservador no sentido positivo, pois conserva valores como a família, a religião, a comunidade e a terra, porém sua retórica socialista está em desencontro com a prática, correndo sério risco de se tornar instrumento involuntário de grupos ideológicos que não têm um grande apreço pelos trabalhadores rurais.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): José de Souza Martins

DADOS BIOGRÁFICOS: Professor e Sociólogo de Universidade de São Paulo, especialista na questão agrária no Brasil. Foi assessor da CPT e da CNBB. Em 1996 trabalhou na Comissão de Curadores do Fundo Voluntário da ONU sobre Formas Contemporâneas de Escravidão.

ENTREVISTADOR (ES): Não consta

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Revista Plural (Ano I, nº1)

TÍTULO DA MATÉRIA: Campo X Cidade: A exploração do homem e da mulher

DATA: julho a setembro de 1978

LOCAL: não identificado.

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Acadêmicos / Intelectuais

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en.AI. cli.jsm5	23 páginas	Sim	Original completo da revista. Entrevista entre p.15-38.

DESCRITORES:

Amazônia
Bóias-frias
Classe operária
Classe trabalhadora
Consciência de classe
Divisão sexual do trabalho
Expansão capitalista
Família Rural
Greve
Luta de Classes
Marxismo
Movimento Feminista
Questão de gênero
Questão racial
Trabalho escravo
São Paulo

SUMÁRIO:

Inicia a entrevista falando sobre as diferenças das relações de produção do capitalismo no campo e na indústria, a partir da obra de Marx, destacando fatores natureza e renda fundiária; fala da necessidade de repensar as formas que o capitalismo assume ao longo da história para compreender as especificidades do campo, fazendo alguns apontamentos sobre trabalho escravo na Amazônia; ao falar sobre as classes sociais no campo, aprofunda na questão da atualidade do trabalho escravo; fala a respeito das diferenças da exploração das mulheres e dos homens no campo; comenta as diferenças culturais entre a divisão sexual do trabalho no campo; fala da diferente concepção de jornada de trabalho no campo; comenta a dupla jornada de trabalho como sendo dos homens também; fala da responsabilidade sobre os filhos ser exercida exclusivamente pelas mulheres e comenta o as diferentes visões das mulheres de classe média em relação às mulheres do campo e as operárias; opina sobre o afastamento do homem do cuidado com os filhos como alimentado pelo capitalismo; fala sobre a condição das mulheres dos operários e consequências; fala sobre as condições de greve dos trabalhadores do campo, destacando os bóias-frias em São Paulo e os escravizados na Amazônia; aprofunda nas diferentes formas de apropriação do excedente que se configuram nas relações capitalistas no campo; pontua a diferença da sujeição ao capital pelo proletário urbano e pelo pequeno proprietário do campo; comenta a relação de desagregação familiar produzida pelo capitalismo e opina sobre a função de resistência política que a instituição familiar pode desempenhar atualmente; fala da relação entre família e a reprodução das classes sociais, e explica porque relativiza esta dimensão no caso das famílias brasileiras; opina sobre o movimento feminista, a maneira como enxerga suas características e sua contribuição na formação da consciência de classe; aponta alguns riscos decorrentes do feminismo, como divisão da classe trabalhadora; coloca sua opinião sobre auto-organização das mulheres operárias e fala sobre como enxerga o machismo e as formas de superá-lo a partir de um trabalho político conjunto; tece algumas críticas às feministas; fala sobre as diferentes maneiras que o machismo se expressa nas relações familiares do campo e da cidade; e termina a entrevista apontando a necessidade de se pesquisar as formas de exploração que recaem tão somente sobre o homem.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): José Eli da Veiga

DADOS BIográficos: Engenheiro Agrônomo, Economista e professor universitário do Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP). Foi técnico do Ministério da Agricultura em Portugal e assessor do projeto de reforma agrária portuguesa de 1974. No Brasil, dirigiu a política de assentamentos do governo Franco Montoro, trabalhou na Superintendência do Inbra de São Paulo e foi secretário do Conselho Nacional do Desenvolvimento Rural Sustentável, vinculado ao MDA, durante o governo FHC.

ENTREVISTADOR(ES): Débora Lerrer

CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Entrevista realizada para o livro Reforma Agrária: os caminhos do impasse (São Paulo: Editora Garçon, 2003). Constam no livro depoimentos de gestores públicos, líderes sem-terra, ruralistas e intelectuais a fim de – a partir de perspectivas discordantes – mapear o cenário da reforma agrária no Brasil.

DATA: 13/10/2003

LOCAL: São Paulo, SP

ROTEIRO: () SIM (x) NÃO

OBSERVAÇÕES: A entrevista – formatada e editada para fins de publicação - encontra-se disponível entre as páginas 293 e 310. O material disponível em áudio obedece a outra organização daquela encontrada no livro e contém apenas a parte inicial da entrevista.

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

Série: Acadêmicos/Intelectuais

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7/ CD	MSPP/en Al.k7.jove	01 fita/k7 60 min	Não	Áudio e suporte bom estado e sonoro. Áudio disponível incompleto.
MP3	MSPP/en Al.mp3.jove	00h59min	Sim	Faixas reunidas em única faixa de formato MP3/320kbps
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en Al.trans.jove	17 páginas	Sim	Páginas digitadas e impressas em livro.

DESCRITORES:

Agricultura familiar
Agronegócio
Assentamento rural
Banco da Terra
Crédito rural
Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)
Governo Lula (2003-2006)
I Censo Nacional da Reforma Agrária (1996)
Portugal
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Reforma agrária

SUMÁRIO:

Fita Única, Lado A: Descreve longamente sobre algumas características agrárias de Portugal e fala da sua participação na reforma agrária desse país; cita outros modelos de reforma agrária, distintos daquele realizado em Portugal; explica seu conceito de reforma agrária; apresenta alguns dados sobre o processo de reforma agrária no Japão; explica que no Brasil não há reforma agrária, mas um programa de assentamentos que não muda a estrutura fundiária; tece comentários sobre o contexto econômico e político das medidas implementadas pelo governo FHC e pelo governo Lula; explica a importância da ponderação entre reforma agrária e a aplicação do dinheiro em outros projetos, como educação e saúde; discorda sobre uma possível conspiração para dificultar a implementação da reforma, atribuindo os problemas à conjuntura econômica.

Fita única, Lado B: Retoma alguns dados sobre a reforma agrária no mundo; explica ser a reforma agrária uma política de redistribuição de riqueza; discorre sobre semelhanças e divergências da agricultura familiar e do agronegócio; considera estar a agricultura familiar realizando um quase “revolução silenciosa” no campo, revolução mais de tipo conservadora do que inovadora; chama atenção para variação das categorias do censo de 1996, mascarando especificamente os pequenos proprietários; frisa a dificuldade de manutenção da população no campo globalmente; critica o fim do Banco da Terra e tece alguns comentários sobre o projeto; distingue os sindicalistas da Contag dos agricultores do sul do país; discute um tipo de gestão ideal para os assentamentos rurais; vê mais futuro na expansão do Pronaf do que na política de assentamento, pelo fato da agricultura necessitar de algum empreendedorismo.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): José Graziano da Silva

DADOS BIOGRÁFICOS: Livre-docente pela UNICAMP, trabalha no Instituto de Economia e exerce a função de coordenador do Curso de Doutorado em Políticas Públicas. É autor de diversas obras sobre questão agrária.

ENTREVISTADOR (ES): José Roberto Zan, Antonio Ricardo Micheloto e Wenceslau Gonçalves Neto.

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Revista História e Perspectiva.

TÍTULO DA MATÉRIA: Questão Agrária e Sindicalismo Rural

DATA: agosto de 1989

LOCAL: Não consta

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Acadêmicos/Intelectuais

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en.AI. cli.jgs	14 páginas	Sim.	Fotocópia do original.

DESCRITORES:

Alysson Paulinelli (CNA)
Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988)
Bóia-fria
CNA – Confederação Nacional da Agricultura
Constituição Federal (1988)
Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CUT – Central Única dos Trabalhadores
FAAB – Frente Ampla da Agropecuária Brasileira
Feraesp – Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo
Mirad – Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
Modernização conservadora
Modernização da agricultura
OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária (I,1985)
Proálcool – Programa Nacional do Álcool
PT – Partido dos Trabalhadores
Questão agrária
Questão agrícola
Questão urbana
Reforma Agrária
Ronaldo Caiado (presidente nacional da UDR)
Ruralistas
Sindicalismo rural
STR de Guariba (SP)
Trabalhador assalariado
UDR – União Democrática Ruralista

SUMÁRIO:

Inicia a entrevista explicando no que consiste a diferença entre questão agrícola e questão agrária; comenta o contexto dos Estados Unidos; aprofunda no caso brasileiro, sobre o reflexo da questão agrícola na questão agrária e vice-versa; afirma o surgimento da questão urbana como consequência direta desta relação e o grande dilema da democracia brasileira; fala sobre alguns acertos de políticas agrícolas implementadas pós-67, período a que chama de modernização conservadora, destacando a transformação da base técnica e o aumento da produtividade; destaca o aumento da produção de alimentos para o mercado interno, fazendo a ressalva da diminuição do salário dos trabalhadores; a partir deste cenário afirma a reforma agrária como reivindicação de cunho político e de justiça social, deslocando-se da argumentação econômica; fala sobre as diferenças entre o que se discutia enquanto reforma agrária no contexto de 50/60, quando a demanda se dava em termos econômicos e de desenvolvimento rural, e a discussão a partir da década de 80, quando a modernização já se realizara, ainda que em bases conservadoras; opina sobre o que considera como equívoco dos partidos de esquerda, que não levavam em consideração as políticas agrícolas pós-67, fazendo o discurso da reforma agrária nos mesmos moldes das décadas de 50 e 60; fala sobre as implicações desta postura equivocada de muitos setores da esquerda, em termos de tática política principalmente; comenta o documento “O PT e a Reforma Agrária”, divulgado pela

revista da ABRA de maio/julho de 1985; fala sobre a política de subsídios na agricultura; aprofunda no caso do Pró-Álcool, comentando o posicionamento dos trabalhadores rurais bóias frias e dos ecologistas; sobre a UDR, explica porque seu surgimento foi tão expressivo em termos de números de associados; comenta os reflexos da modernização conservadora na organização da classe patronal e o que desencadeou a baixa representatividade da CNA na ocasião da criação do Mirad e início das discussões em torno do I PNRA; conta da criação da Frente Ampla da Agropecuária Brasileira, em 1986, protagonizada pela Organização das Cooperativas Brasileiras, e para a qual de início convidou-se a CONTAG de maneira a agregar segmentos rurais modernos e isolar politicamente a UDR, expressão dos setores mais retrógrados; em seguida, comenta o momento em que a UDR se impôs como força política de representação dos proprietários rurais, e o declínio desta motivado pela reorganização interna da CNA sob gestão do deputado Alysson Paulinelli, que representava a fração mais moderna da classe; destaca a trajetória de Ronaldo Caiado neste contexto; opina sobre o papel importante da UDR no avanço da questão agrária brasileira, uma vez que permitiu a polarização e a politização da luta pela terra; fala da relação do MST com a CUT, e sobre os reflexos da politização da reforma agrária naquele momento histórico, comparando-o com o contexto político das reformas de base no início da década de 60 e apontando possíveis avanços na luta pela terra a partir da década de 90; fala sobre a diversidade havida entre os setores que reivindicam a reforma agrária, cita alguns exemplos e atenta para a necessidade de abranger as especificidades a partir da prática principalmente, e não da teoria; fala sobre as consequências econômicas, sociais e ambientais da modernização conservadora nas políticas de desenvolvimento do cerrado; fala do significativo retrocesso que a Constituição de 1988 representa para a reforma agrária e o contexto colocado a partir de então; sobre o debate da falsa unidade de classe promovida pela configuração dos STR's, comenta o aumento da diferenciação entre os camponeses a partir do desenvolvimento das forças produtivas no campo, que leva a diferenças objetivas de reivindicações no campo; atenta para o aumento do número de trabalhadores rurais assalariados em algumas regiões, processo que tende à formas de organização autônomas, destacando a greve dos bóias-frias de Guariba/SP e a organização de federação própria dos assalariados, a FERAESP; fala sobre o sindicalismo rural historicamente ter se constituído pelos sindicatos de pequenos produtores, ainda numerosos e bastante expressivos, e que excluí-los da central sindical das classes trabalhadoras seria o mesmo que empurrá-los para o lado patronal; opina sobre esta discussão ser, sobretudo, política e não teórica; aponta as dificuldades legais envolvidas na criação de sindicatos autônomos e necessidade de uma reforma sindical que não atrepele o processo histórico de constituição da classe trabalhadora no campo e sugere algumas tendências; fala sobre a gradual perda de representatividade da CONTAG, apontando a necessidade desta ser reformulada.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): José Luís Fiori

DADOS BIOGRÁFICOS: Cientista Político, formado no Chile, mestre em economia, retornou ao Brasil em 1973 após o golpe contra Allende. É especialista em Estado e Desenvolvimento.

ENTREVISTADOR (ES): Não consta

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Revista Vertente

TÍTULO DA MATÉRIA: “Entrevista: José Luís Fiori”

DATA: junho/julho 1996

LOCAL: Não consta

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Acadêmicos / Intelectuais

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en.AI. cli.jlf	03 páginas	Sim	

DESCRITORES:

Consenso de Washington
Estado Desenvolvimentista
Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998)
Globalização
Neoliberalismo

SUMÁRIO:

A crise do Estado desenvolvimentista e a dívida externa; a tática da burguesia industrial para o desenvolvimentismo ao longo da história; o alarde das elites acerca do intervencionismo estatal; dependência brasileira ao capital externo; reformas neoliberais e globalização dos anos 90; perspectivas do processo brasileiro de globalização; caracterização do governo FHC; perspectivas e riscos da inserção brasileira na globalização; perspectivas de deslocamento de capitais para o Brasil e América Latina.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): José Lutzenberger

DADOS BIOGRÁFICOS: Nascido em 1926, em Porto Alegre. Foi um agrônomo, escritor, filósofo, paisagista e ambientalista brasileiro. Trabalhou muito tempo como agrônomo, especializado em adubos, na Basf, deixando o emprego na década de 70 para dedicar-se à causa da Ecologia. É autor de “Manifesto Ecológico Brasileiro: o Fim do Futuro?”, de 1976, sua obra mais conhecida. No governo Collor chegou a assumir a pasta do Meio Ambiente por algum tempo. É considerado como um dos pioneiros e um dos maiores ícones do movimento ecológico brasileiro.

ENTREVISTADOR (ES): José Roberto Garcez

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Jornal O Globo

TÍTULO DA MATÉRIA: “Gaia”, um novo conceito de ecologia

DATA: 30/06/1988

LOCAL: Porto Alegre, RS

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Acadêmicos e Intelectuais

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en.Ai.cli.jlu	1 página	Sim	Recorte do original.

DESCRITORES:

Amazônia
Degradação ambiental
Ecologia
INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
Mudanças climáticas
Poluição ambiental

SUMÁRIO:

Fala sobre o atual padrão de destruição da natureza e os reflexos nos mecanismos de controle do clima, remetendo à quantidade de gás carbônico acumulado na atmosfera desde a Revolução Industrial; explica a consequência do acúmulo de gás carbônico e fala de outros efeitos da ação antrópica; fala da devastação da Amazônia e explica a importância das florestas tropicais para manter as condições de vida no planeta; mostra alguns números do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) que demonstram o colapso da Floresta Amazônica; fala da imprevisibilidade das consequências pela degradação ambiental e da impossibilidade de calcular o limite que o planeta Terra pode suportar; fala da importância da consciência em torno do conceito de Gaia e o explica.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Lúcia Helena Rangel

DADOS BIOGRÁFICOS: Antropóloga e professora da PUC/SP, é assessora do Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

ENTREVISTADOR (ES): Antonio Carlos Prado

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Revista *Istoé Senhor*

TÍTULO DA MATÉRIA: A tribo é uma só – Para a antropóloga paulista Lúcia Helena Rangel, a luta pelos direitos dos índios coincide com a defesa da cidadania a todos os excluídos no País.

DATA: 03/05/1989

LOCAL: Não consta

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Acadêmicos / Intelectuais

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. Al.cli.lhr	03 páginas	Sim	Original e fotocópia da entrevista

DESCRITORES:

Amazônia
Conflito por terra
Demarcação de terras indígenas
Desmatamento
Exército Brasileiro
Malária
Meio ambiente e saúde
Política indigenista
Projeto Calha Norte
Questão indígena

SUMÁRIO:

A antropóloga critica a política de integração do índio na sociedade brasileira proposta pelo então Ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, pois ela significa a desintegração e descaracterização do índio; explica o tratamento desrespeitoso dado pelos militares, no último século, à questão indígena, principalmente na fronteira (como no Projeto Calha Norte) e do interesse pela terra por trás dos conflitos; defende as reservas indígenas e fala sobre a saúde do índio na cidade e no campo; diz que a malária na Amazônia aumenta com o desmatamento.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Luiz Carlos Guedes Pinto

DADOS BIOGRÁFICOS: Membro da Abra – Associação Brasileira de Reforma Agrária

ENTREVISTADOR (ES): Leonilde Servolo de Medeiros

CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Entrevista desenvolvida para pesquisa: “Reforma Agrária: Concepções, controvérsias e questões”, financiada pelo IBASE.

DATA: 1990

LOCAL: Sede da Abra; Campinas/SP

ROTEIRO: () SIM (x) NÃO

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Acadêmicos / Intelectuais

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	MSPP/en. A1.k7.lcg	01 Fita Micro K7 / 60 min	Não	Fita em bom estado físico. Áudio regular (desequalizado)
MP3	MSPP/en. A1.mp3.lcg	00h46min	Sim	Lados A e B reunidos em única faixa em formato MP3/320kbps.
TRANSCRIÇÃO	Não há			

DESCRITORES:

Abag - Associação Brasileira de Agribusiness
Abra – Associação Brasileira de Reforma Agrária
Agroindústria
AI-9 - Ato Institucional nº 9
Constituição federal brasileira (1988)
Ditadura militar (1964-1984)
Especulação fundiária
Estatuto da Terra
Função social da terra
Golpe militar (1964)
Governo Collor (1990-1992)
Incra- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Índices de produtividade
José Gomes da Silva (Abra)
Movimento sindical
Movimentos sociais
OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras
Poder público
Processo de desapropriação
Setor financeiro
Setor industrial
Terra improdutiva
UDR – União democrática ruralista

SUMÁRIO:

Lado A - O entrevistado fala sobre a Abra e as mudanças de perspectiva que observou em relação à reforma agrária desde o governo militar; diz que houve tentativas de envolver o empresariado na reforma agrária porém, desde o início, ficou claro o interesse do setor financeiro e comercial em investir em terra para especulação fundiária ou complexos agroindustriais; conta que na década de 1970 a Abra, principalmente através de José Gomes da Silva, tentou sensibilizar os militares à questão agrária; fala sobre o AI 9 no governo Costa e Silva; analisa as possibilidades da reforma agrária de acordo com a legislação em vigor; defende que é um retrocesso em relação ao Estatuto da Terra e mesmo ao AI 9; aponta as principais contradições contidas na Constituição de 1988; afirma que há potencial para uma sensibilização da sociedade civil em relação à reforma agrária; narra os principais pontos de dificuldade para desenvolver o debate; fala sobre os defensores da reforma agrária como meio para aumento da produtividade, oferta de alimentos e erradicação da fome; explica as diferentes formas de pensar abastecimento como política pública; fala sobre a posição do empresariado em relação à reforma agrária; critica o modelo da monocultura para exportação como uma redução do problema à questão econômica; analisa o governo Collor e afirma que uma série de militares permanecem em setores estratégicos das instituições de poder; discute a posição dos militares em relação à reforma agrária;

Lado B - afirma que a OCB e Abag, apesar de tentarem se distanciar da UDR, não têm uma posição clara sobre a reforma agrária; analisa a possibilidade de realização da reforma agrária

via institucional; compara a mobilização dos movimentos sociais, principalmente sindical, nos anos de 1968/70 com a daquele momento, e afirma que os movimentos estariam menos articulados do que no momento anterior.



DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Luiz Felipe de Alencastro

DADOS BIOGRÁFICOS: Historiador brasileiro, professor na Universidade de Paris 4

ENTREVISTADOR (ES): Julia Duailibi

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Folha de São Paulo

TÍTULO DA MATÉRIA: Recuo de Lula 'desmoraliza' reforma, afirma historiador

DATA: 13/07/2003

LOCAL: Paris

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Acadêmicos/Intelectuais

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en.Al.cli.lfa	1 página	Sim	

DESCRITORES:

Alca – Área de Livre Comércio das Américas
Governo Lula (2003-2006)
Massacre de Eldorado dos Carajás (PA)
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira
PT – Partido dos Trabalhadores
Reforma da previdência (2003)

SUMÁRIO:

Começa avaliando positivamente a proposta original da reforma da previdência, elaborada pelo governo; fala do ônus do governo ao contrariar o funcionalismo público; fala da importância histórica do MST; fala da histeria da direita por Lula ter usado o boné do MST; fala sobre a reorganização do PSDB pós derrota eleitoral; avalia perspectivas históricas para o governo Lula; avalia positivamente a política externa de Lula; fala sobre o recuo de Lula à adesão à ALCA.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Luis Werneck Vianna

DADOS BIOGRÁFICOS: Luiz Jorge Werneck Vianna (Rio de Janeiro, 1938) é um cientista social brasileiro. Graduou-se em Direito (1962), pela Universidade do Estado da Guanabara (atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro) e em Ciências Sociais, em 1967, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Obteve seu doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo. Ao longo de sua vida, tem lecionado em várias universidades brasileiras, dentre as quais a Universidade Federal de Juiz de Fora (onde foi criada uma cátedra com seu nome), a PUC-Rio e a Unicamp. Desde 1980 é professor do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Presidiu a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) e foi um dos fundadores do Centro de Estudos Direito e Sociedade (Cedes), no IUPERJ, instituição que também já presidiu. Suas principais linhas de pesquisa são: intelectuais e modernização no Brasil; relação entre os poderes republicanos; institucionalização das Ciências Sociais; a magistratura como estrato intelectual; organização e funcionamento do Poder Judiciário; relações entre direito, política e sociedade.

ENTREVISTADOR (ES): Desconhecido

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Tendências do Trabalho

TÍTULO DA MATÉRIA: Especialista Analisa a Nova Conjuntura Sindical, Política e Constituinte

DATA: 10/1987

LOCAL: Desconhecido

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Acadêmicos / Intelectuais

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en.Ai. cli.lwv	03 páginas	Sim	Fotocópia do Original

DESCRITORES:

Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988)

CGT – Central Geral dos Trabalhadores

CUT – Central Única dos Trabalhadores

PT – Partido dos Trabalhadores

Sindicalismo

SUMÁRIO:

Tendências do sindicalismo moderno brasileiro a partir das mobilizações do ABC; a partidarização do sindicalismo; comparações das lógicas de funcionamento entre a CGT e a CUT; relações entre base e lideranças em greves; perspectivas para o sindicalismo brasileiro frente a Constituinte; o individualismo brasileiro e o sindicalismo; o empresariado, o empregado dos recursos humanos e suas relações com sindicatos; o sindicalismo e a conjuntura política nacional, em tempos de Constituinte; perspectivas para a CUT e CGT nos próximos anos; possibilidades de um pacto social no Brasil.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Lux Boelitz Vidal

DADOS BIOGRÁFICOS: Antropóloga, nascida na França, cursou a graduação nos Estados Unidos e fez mestrado e doutorado na USP. Uma das pioneiras de estudos com índios na Amazônia e da etnoestética no país, foi fundadora da Comissão Pró-Índio de São Paulo, da qual ainda é conselheira.

ENTREVISTADOR (ES): Maria Guimarães

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Revista Pesquisa Fapesp, nº 251

TÍTULO DA MATÉRIA: Colecionadora de culturas

DATA: janeiro de 2017

LOCAL: não identificado

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Acadêmicos e Intelectuais

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en.Al.cli.lbv	5 páginas	Sim	

DESCRITORES:

Amazônia
Antropologia
Comissão Pró-Índio de São Paulo
Demarcação de Terras Indígenas
Diversidade cultural
Índios Xikrin
ISA - Instituto Socioambiental
Kuhá - Museu dos Povos Indígenas do Oiapoque
Pará
Povos da Amazônia
Questão indígena
Região amazônica
USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO:

Inicia a entrevista afirmando gostar de estar em campo, convivendo com os indígenas e sobre as mudanças por que essas comunidades passaram desde a década de 70, quando ela começou a ter contato; conta como foi a sua formação na Universidade Sarah Lawrence, nos Estados Unidos, onde se deu seu primeiro contato com a antropologia; comenta seu ingresso como professora na USP em 1969, e a primeira ocasião em que foi fazer trabalho de campo na aldeia Xikrin, no sul do Pará; fala sobre as manifestações artísticas dos índios Xikrin, que foram tema de dissertação e tese da entrevistada; fala sobre os grafismos como pontos de conexão entre os estudos da antropologia e da arqueologia; volta a falar sobre os Xikrin, caracterizando o seu território, como ameaçado pela mineração, madeiras e fronteira agrícola; fala sobre os estudos nas Terras Indígenas de Oiapoque, no Amapá, e as peculiaridades destas etnias; conta como se deu a criação do museu Kuhá pelos índios em Oiapoque e que foi inaugurado em 2007; fala sobre a importância deste museu para a comunidade indígena local e das dificuldades que vem enfrentando desde 2014, por conta da conjuntura política e econômica; comenta sobre os conflitos em torno da demarcação de terras indígenas, as dificuldades e estratégias dos índios frente às ameaças; volta a falar sobre sua vinda ao Brasil, e faz comentários sobre as tendências da antropologia naquela época; contextualiza brevemente as mudanças teóricas por que passou a antropologia, citando os pesquisadores envolvidos e as pesquisas que então se iniciaram junto às primeiras ações concretas de cunho político para se garantir a demarcação dos territórios; termina comentando sobre os dois últimos livros que publicou.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Lygia Sigaud

DADOS BIOGRÁFICOS: Graduada em Sociologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, mestre em antropologia Social pela UFRJ e doutora Antropologia Social pela Universidade de São Paulo. Foi professora do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (RJ).

ENTREVISTADOR (ES): Rogério Pacheco Jordão

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Revista Rets

TÍTULO DA MATÉRIA: “Lonas, bandeiras e transformações sociais”

DATA: 1997 (data provável)

LOCAL: Não consta

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Acadêmicos / Intelectuais

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en.AI cli.lys	04 páginas	Sim	

DESCRITORES:

Agroindústria canavieira (PE)
CPT – Comissão Pastoral da Terra
Fetape – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco
Museu Nacional
Pernambuco
Rio Formoso (PE)
Tamandaré (PE)

SUMÁRIO:

A entrevista começa com Lygia falando sobre sua pesquisa que deu origem à exposição “Lonas, bandeiras e transformações sociais”; explica como se dá a chegada das pessoas aos acampamentos; conta como foi o início dos acampamentos estudados; fala sobre a relação entre os movimentos e sindicatos com o INCRA; tece um breve histórico dos acampamentos do MST em Pernambuco nos anos 90; conta como surgiu a ideia da exposição da pesquisa; por fim, fala sobre a concepção da exposi

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Maria da Conceição Tavares

DADOS BIOGRÁFICOS: Economista, professora titular da Unicamp e professora emérita da UFRJ. Foi Deputada Federal pelo PT/SP entre 1995 e 1999.

ENTREVISTADOR (ES): Conselho Federal de Economia (Cofecon)

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: *

TÍTULO DA MATÉRIA: “Precisamos reaprender a olhar para nós”

DATA: 2000 (ano provável)

LOCAL: Não consta

OBSERVAÇÕES: A entrevista está transcrita em documento disponibilizado pelo deputado federal Adão Preto (PT/RS).

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Acadêmicos / Intelectuais

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en.AI cli.mct	07 páginas	Sim	

DESCRITORES:

Capitalismo dependente
China
Crise do capitalismo
Economia
EUA – Estados Unidos da América
Governo Fernando Henrique Cardoso (1999-2002)
Inflação
Mercado internacional
Neoliberalismo
Política externa
Política macroeconômica
PT – Partido dos Trabalhadores

SUMÁRIO:

A entrevistada inicia falando sobre o descrédito da ideologia neoliberal que então caracteriza o meio intelectual, no sentido de uma perda de hegemonia moral do poder americano; identifica a terceira via como mistificação de posições da antiga socialdemocracia, que não traz resposta a este descrédito e que não há referência clara que responda atualmente; opina sobre a ausência de precedente histórico sobre o embate principal do século XXI, entre EUA e China, geopoliticamente crucial; localiza o papel do continente europeu na geopolítica deste século; em relação ao Brasil, fala sobre a enorme dependência da economia primário-exportadora em relação aos EUA, o que no governo FHC está tomando proporções maiores do que nunca; esclarece como caracteriza a chamada revolução tecnológica e a relação com a configuração macroeconômica atual, cuja alteração está relacionada ao processo de financeirização generalizada da economia e não tanto pelas inovações tecnológicas, que por sua vez produzem alterações restritas ao plano superestrutural; coloca que o fato do Brasil se posicionar como produtor de commodities, ocasiona grande desequilíbrio macroeconômico; identifica que a transição democrática não resolveu questões históricas, como a relativa a concentração de terras, políticas sociais e infra-estrutura, e ressalta a necessidade de voltar atenção para as especificidades regionais para pensar a economia nacional; discorda de estar se iniciando um novo ciclo de retomada do crescimento, e aprofunda no porquê de não caracterizar este período como de expansão econômica; explica detalhadamente as implicações da iminência de uma crise financeira mundial a partir da possibilidade de desvalorização dólar, e as consequências da ocorrência e da não ocorrência desta crise para o Brasil; em seguida demonstra os mecanismos da economia brasileira que alimentam a perda de autonomia e capacidade de negociação no mercado externo; vislumbra saídas a partir do fato de que este modelo é insustentável politicamente, uma vez que a aliança conservadora está em ruptura, orientando a necessidade de repactuação do poder.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Mário Henrique Simonsen

DADOS BIOGRÁFICOS: Engenheiro e economista brasileiro. Então Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Foi Ministro da Fazenda durante o governo de Ernesto Geisel, Ministro do Planejamento do governo Figueiredo e presidente do Banco Central no governo Castelo Branco.

ENTREVISTADOR (ES): Cecília Costa e Léa Cristina

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: O Globo

TÍTULO DA MATÉRIA: “Chega de pacotes e de Medidas Provisórias”

DATA: 03/03/1991

LOCAL: não identificado

OBSERVAÇÕES: Também sobre o contexto do Plano Collor I e II, há entrevistas com outros economistas e gestores públicos, destacando: MSPP/en.GP.cli.jma (João Maia), MSPP/en.GP.cli.omy (Omar Marczynski), MSPP/en.OU.cli.nla (Nigel Lawson) e MSPP/en.GP.cli.ibe (Ibrahim Eris).

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Acadêmicos e Intelectuais

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en.Ai.cli.mhs	1 página	Sim.	

DESCRITORES:

Dívida Externa
Economia
FGV – Fundação Getúlio Vargas
Governo Collor (1990-1992)
Inflação
Mercado interno
MF - Ministério da Fazenda
Plano Collor
Plano Collor II
Plano Cruzado
Política econômica
Política fiscal
Zélia Cardoso de Mello (Ministra da Fazenda governo Collor)

SUMÁRIO:

Critica a maneira como tem sido administrada a economia nacional, destacando a série de medidas “surpresas” que vinham sendo lançadas; fala sobre qual o comportamento da população em relação às diversas medidas que o governo implementa e a instabilidade resultante desse quadro; opina sobre a necessidade de uma Emenda Constitucional que proíba o governo de editar Medidas Provisórias, como uma garantia de que não haverá outro plano, como o Plano Collor e o Plano Cruzado; comenta que as mudanças econômicas ao longo de sua gestão na pasta da Economia do governo militar era todas feitas por lei; fala dos reflexos deste quadro de instabilidade no baixo investimento interno e externo na economia nacional; critica as medidas do governo como políticas fiscais arbitrárias, destacando a retenção da poupança, o Fundo de Aplicação Financeira (FAF) e os reflexos nocivos para a economia nacional; volta a falar sobre o comportamento do mercado diante das freqüentes mudanças de regras da política econômica, explicando detalhadamente seu raciocínio; opina sobre o que a então ministra Zélia Cardoso de Melo deveria fazer diante da crescente inflação, no sentido de evitar a política de congelamento de preços; opina sobre o as consequências do Plano Collor I; rebate algumas críticas que comparam as medidas econômicas de então com aquelas que estabeleceu quando era Ministro da Fazenda durante a ditadura militar; comenta de duas reuniões que teve com o presidente Collor, logo após a eleição deste e das recomendações que fez; opina sobre a indexação da economia e sobre a não divulgação dos índices de preços; fala sobre o que faria se estivesse no comando da pasta econômica.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Michael Löwy

DADOS BIOGRÁFICOS: Cientista Social. Natural de São Paulo (SP), nascido em 06/04/1938. Sua família, de tradição judaica e original da Áustria, veio emigrada ao Brasil na década de 1930. Formou-se em Ciências Sociais na Universidade de São Paulo (USP) em 1959. Pensador socialista da linha marxista, foi integrante do Partido Socialista e do movimento “Liga Socialista Independente”, inspirado em Rosa Luxemburgo. Também participou da fundação da organização Política Operária (POLOP). Em 1961, Löwy inicia seu Doutorado, também em Ciências Sociais, na Universidade de Sorbonne, sob a orientação de LucienGoldmann. Concluída a tese em 1964, Löwy foi pesquisador-professor na Universidade de Tel-Aviv, Israel, retornando a Paris já na década de 1970 para assumir a função de professor de Sociologia do *Centre National de laRechercheScientifique*, no qual hoje ainda trabalha como diretor.

ENTREVISTADOR(ES): Sandra Silva

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Fundação Perseu Abramo

TÍTULO DA MATÉRIA: “Enterrar o marxismo é prematuro”

DATA:22/05/2006

LOCAL: São Paulo, SP

OBSERVAÇÕES: Entrevista concedida em razão da vinda do entrevistado ao Brasil para lançamento do livro “O marxismo na América Latina”, organizado pelo próprio e lançado pela editora Fundação Perseu Abramo. O material foi originalmente produzido e veiculado pelo Jornal do Brasil, conforme informações contidas no corpo da matéria. O texto na íntegra, também disponível virtualmente, pode ser encontrado em: <http://novo.fpabramo.org.br/content/entrevista-com-michael-lowy> (último acesso em: 02 jul. 2014).

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Acadêmicos e Intelectuais

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. Al.cli.milo	03 páginas	Sim	Entrevista digitada, impressa.

DESCRITORES:

América Latina
Cristianismo
Marxismo
Movimento Sindical
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PT - Partido dos Trabalhadores
Revolução Cubana
Teologia da Libertação

SUMÁRIO:

Com base nas ideias destacadas no livro “O marxismo na América Latina”, organizado pelo entrevistado, Löwy aponta as três fases do marxismo na América Latina; explica sucintamente a evolução dos partidos revolucionários na América Latina, sendo o Brasil um dos países com menor apoio popular; reforça o peso dentre os países latino-americanos das concepções com base no pensamento cristão, frisando – em especial – a importância da Teologia da Libertação; bem como a Teologia da Libertação, julga que o marxismo também continua ativo, ao ter inspirado, por exemplo, a criação do Partido dos Trabalhadores (PT); menciona o papel revolucionário do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) pela bandeira em prol da reforma agrária; analisa o difícil momento do movimento sindical mundial, que combate às políticas neoliberais de corte de mão-de-obra e redução de jornada de trabalho; por fim, analisa a revolução cubana que, inicialmente, mostrou-se autêntica e democrática, mas, com adesão ao socialismo soviético, desvirtuou-se. Apesar de algumas ressalvas, conclui o entrevistado que há um substrato distinto em Cuba, decorrente do apoio popular à revolução.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Paul Singer

DADOS BIOGRÁFICOS: Paul Israel Singer (Viena, 24 de março de 1932) é um economista e professor brasileiro nascido na Áustria.

ENTREVISTADOR (ES): Renato Rovai e Anselmo Massad

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Revista Fórum

TÍTULO DA MATÉRIA: O novo pensamento econômico socialista

DATA: 18/10/2004

LOCAL: desconhecido

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Acadêmicos/Intelectuais

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en.AI. cli.ps	5 páginas	Sim	

DESCRITORES:

Economia solidária
Governo Lula (2003-2006)
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PT – Partido dos Trabalhadores
Socialismo

SUMÁRIO:

Fala sobre a experiência de economia solidária em Bangladesh; explica como que a economia solidária trata o capital e o trabalho de forma diferente da economia capitalista; fala sobre políticas de transferência de renda e economia solidária; sobre o funcionamento da economia solidária no mundo capitalista; fala sobre diversas iniciativas de economia solidária; fala sobre regulamentação de empresas falidas e crédito; sobre perspectivas futuras para a economia solidária e a diversidade das economias na contemporaneidade; sobre socialismo e economia solidária; fala sobre a Islândia enquanto modelo de economia mais próxima do socialismo; sobre o associativismo em Santa Catarina; sobre o aumento dos juros e a autoridade monetária; sobre o debate interno do governo a respeito da política de juros; sobre inflação, deflação e inflação controlada; sobre a dívida pública e crescimento econômico; avaliação da política econômica do governo Lula; sobre os avanços sociais do governo Lula, política de fronteiras, fome zero e compra de produtos da agricultura familiar; sobre a composição da esquerda no governo Lula.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Paulo Bassani

DADOS BIOGRÁFICOS: Graduado em Filosofia e Ciências Sociais, fez mestrado em Sociologia Rural na UFRGS, tornando-se professor da UEL em Londrina. Fez doutorado na PUC-SP.

ENTREVISTADOR (ES): Chico Amaro

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Jornal *Terra Vermelha* (Londrina)

TÍTULO DA MATÉRIA: “Movimentos Sociais – Uma ótica para ver o MST”

DATA: Não consta

LOCAL: Não consta

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Acadêmicos / Intelectuais

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. Al.cli.pb	06 páginas	Sim	Digitada

DESCRITORES:

Ciências Sociais
Democracia
Governo Lula (2003-2010)
Justiça agrária
Mídia e poder
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Política institucional
PT – Partido dos Trabalhadores
Poder judiciário e reforma agrária
Representação política

SUMÁRIO:

Fala do comportamento da academia frente ao MST e sua dificuldade de entender a “heterogeneidade da base social do movimento, suas formas de representação e a especificidade de suas demandas”, principalmente nas Ciências Sociais; critica as informações distorcidas pela mídia e impactos precipitados na academia; acredita que o papel do MST na construção de uma democracia participativa emancipada, política e socioeconômica é um grande desafio teórico a ser entendido; acredita que o MST tenta romper com a ordem política tradicional, apostando na construção de novas instituições políticas; fala que a relação entre MST e PT no início era de aproximação e, no governo Lula, cada vez se afasta mais; aborda o caráter e a forma de fazer política do Movimento; lembra o caso da prisão do líder José Rainha e discute as decisões polêmicas do Judiciário quando o assunto é MST.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Paulo Henrique Couto Machado

DADOS BIOGRÁFICOS: Nasceu em Teresina, e, 1956. É historiador, poeta e contista. Pertence à geração pós-69, participou de coletâneas e antologias, tendo ganhado alguns prêmios literários. É autor de Na década de 70, através do movimento estudantil foi um dos editores do jornal “Zero”, e em seguida do jornal “Chapada do Corisco”, em Teresina.

ENTREVISTADOR (ES): Rubervam du Nascimento e Paulo Gutemberg

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Revista Pulsar

TÍTULO DA MATÉRIA: Entrevista Paulo Machado

DATA: 15 de julho de 2003.

LOCAL: Teresina/PI

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Acadêmicos/Intelectuais

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en.Ai. cli.pm	11 páginas	Sim	Fotocópia do original.

DESCRITORES:

Agricultura colonial
Bacia do Rio Parnaíba
Bioma Cerrado
Companhia de Jesus
Genocídio indígena
Grilagem
Igreja Católica
Maranhão
Migração
Período Colonial
Piauí
Trabalho escravo
Trabalho indígena
Violência sexista

SUMÁRIO:

Começa falando da criação da Capitania do Piauí, em 1718; comenta a atividade produtiva da capitania piauiense, orientada para o mercado interno; comenta a conformação geográfica do atual estado do Piauí; sobre a presença de expressiva população negra escravizada na bacia rio Parnaíba, critica o fato de que isto não é objeto de interesse das pesquisas e comenta alguns dados importantes para tentar compreender este fato, colocando a hipótese de que a região érea entreposto do tráfico de escravo para a produção da Capitania do Maranhão, esta sim voltada para o exterior; fala da expressiva presença de indígenas, negros e mestiços escravizados na atividade de pecuária extensiva no Piauí, fazendo referência à censo de 1697 feito pelo padre Miguel de Carvalho; descreve dois momentos históricos distintos que determinaram as correntes migratórias internas formadas pelos descendentes de europeus ibéricos e que deram início ao genocídio indígena e à formação do latifúndio na região; aprofunda na questão da utilização de mão de obra indígena escravizada nas fazendas de criação de gado; em seguida fala da posterior utilização da mão de obra negra escravizada para outras atividades; fala sobre estudo do padre Cláudio Melo em cima do censo de 1697 e que fornece muitos dados para compreender a formação da sociedade piauiense; comenta a predominância da população masculina na época do recenseamento feito pelo referido padre, e a formação a identidade cultural piauiense; comenta os episódios de perseguição dos indígenas da Nação Jaicó no Vale do Rio Canindé pelos irmãos mafrense, como inicial ao processo de ocupação da região pela atividade pecuarista e posterior criação da capitania do Piauí; fala das origens das guerras de extermínio indígenas, que depois foram incentivadas pela coroa portuguesa e pela Igreja Católica; fala da condição das mulheres negras, indígenas e mestiças neste contexto, submetidas à violência sexual por parte dos homens brancos e mestiços; comenta sobre os dados produzidos pela Igreja, explicando a ausência de mais registros sobre o genocídios indígena e violência sexual; apresenta um breve panorama do processo de espoliação dos cerrados piauienses do século XVII até os dias atuais, comentando a prática de grilagens; atenta para a necessidade de ajuizamento sistemático de ações discriminatórias; termina comentando sobre os interesses por trás do discurso de legitimação dos grandes empreendimentos nos cerrados.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Raimundo Santos

DADOS BIOGRÁFICOS: Possui graduação em Direito pela Universidade de Brasília (UNB - 1967-1972); Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano e Regional pelo Curso de Desarrollo Urbano y Regional (CIDU) da Universidad Católica de Chile (1971); Mestrado em Ciência Política pela Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO - 1978); e Doutorado em Ciência Política pela Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM - 1984). Atualmente é professor do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura (CPDA), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Tem experiência na área de Ciência Política e História Intelectual, atuando nos seguintes temas: movimentos sociais, pensamento social brasileiro e cultura política.

ENTREVISTADOR (ES): Ismar Ingber

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Jornal do Brasil

TÍTULO DA MATÉRIA: "O MST tem uma dupla face"

DATA: 30/01/1999

LOCAL: Rio de Janeiro

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Acadêmicos / Intelectuais

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en.Al. cli.rs	01 página	Sim	

DESCRITORES:

Mundo Rural e Política (livro)

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Reforma agrária

SUMÁRIO:

Fala sobre a interação interdisciplinar para a elaboração do livro *Mundo Rural e Política*; fala sobre a sessão de conflitos e políticas públicas do livro; a vida política no campo; reforma agrária e perspectivas para o mundo rural; tendências populacionais rurais; a institucionalização produtiva do MST; a dialética entre a grande e a pequena propriedade rural.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Raymundo Faoro

DADOS BIOGRÁFICOS: Historiador, jurista e ex-presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Nasceu em Vacaria (RS), filho de agricultores, formou-se em Direito, em 1948, pela UFRS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Transferiu-se, em 1951, para o Rio de Janeiro, onde advogou e fez concurso para a Procuradoria do Estado. Foi presidente nacional da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), de 1977 a 1979, tendo lutado pelo fim dos Atos Institucionais do regime militar (1964-1985) e ajudado a consolidar o processo de abertura democrática nos anos 70. Autor de *Os donos do poder*.

ENTREVISTADOR (ES): Maurício Dias

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Revista *Senhor*

TÍTULO DA MATÉRIA: “Contra a conciliação – Raymundo Faoro acha inúteis os pactos de Sarney, critica a fuga do PMDB ao seu compromisso reformista e só vê solução na Constituinte já”

DATA: 31/07/1985

LOCAL: Não consta

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Acadêmicos / Intelectuais

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP.en. Al.cli.rf	05 páginas	Sim	Recorte do periódico

DESCRITORES:

Crise política
Ditadura militar (1964-1984)
Economia
Eleições constituintes (1986)
Estruturas de poder
Governo Sarney (1985-1989)
Participação popular
Representação política
Revolução social
Soberania popular

SUMÁRIO:

Trata da crise política que o país atravessava; aborda a Constituinte, para a qual defende a soberania popular; faz um histórico do processo de elaboração das Constituições Brasileiras; analisa o governo Sarney: “um presidente que preside e não governa”; acredita que a transformação não ocorre, pois a representação política é distorcida, o sistema eleitoral é viciado, o coronelismo ainda é vigente e o controle dos mecanismos econômicos e financeiros é forte.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Raymundo Faoro

DADOS BIOGRÁFICOS: Raymundo Faoro (Vacaria, 27 de abril de 1925 — Rio de Janeiro, 15 de maio de 2003) foi um jurista, sociólogo, historiador, cientista político e escritor brasileiro. Foi presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), de 1977 a 1979, e membro da Academia Brasileira de Letras (ABL). É autor do livro *Os donos do poder*, em que analisa a formação sociopolítica patrimonialista do Brasil.

ENTREVISTADOR (ES): Henrique José Alves

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Jornal do Brasil

TÍTULO DA MATÉRIA: “Sarney Não tem Futuro”

DATA: 1987 (data provável)

LOCAL: Não consta

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Acadêmicos / Intelectuais

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en.AI cli.rf2	01 página	Sim	

DESCRITORES:

Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988)

Ditadura militar (1964-1985)

Governo Sarney (1985-1989)

SUMÁRIO:

Sobre a transição da ditadura para a Nova República; consequências da eleição indireta de José Sarney; compara com as transições democráticas de Portugal e Argentina; crítica intenções de 6 anos de mandato de Sarney; crítica o discurso de credibilidade de Sarney; sobre as possibilidades de Brizola ser um porta-voz de outro movimento de diretas já; perspectivas das eleições presidenciais diretas a partir da constituinte; possibilidades de um novo golpe e comparação com 1937, 1968 e 1964; sobre a livre soberania da Constituinte; comparação com a constituinte de 1946; sobre artigos da constituição que 67 que a Constituinte deveria revogar; avaliação dos primeiros passos da constituinte; sobre a interferência do governo na constituinte; crítica ao mandato de Sarney;

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Raymundo Faoro

DADOS BIOGRÁFICOS: Historiador, jurista e ex-presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Nasceu em Vacaria (RS), filho de agricultores, formou-se em Direito, em 1948, pela UFRS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Transferiu-se, em 1951, para o Rio de Janeiro, onde advogou e fez concurso para a Procuradoria do Estado. Foi presidente nacional da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), de 1977 a 1979, tendo lutado pelo fim dos Atos Institucionais do regime militar (1964-1985) e ajudado a consolidar o processo de abertura democrática nos anos 70. Autor de *Os donos do poder*.

ENTREVISTADOR (ES): Não consta

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Folha de São Paulo

TÍTULO DA MATÉRIA: “Nova Constituição será apenas ‘estatuto do poder’, diz Faoro”

DATA: 09/05/1988

LOCAL: Não consta

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Acadêmicos / Intelectuais

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en.Ai cli.rf3	01 página	Sim	

DESCRITORES:

Assembleia Nacional Constituinte (1987 – 1988)

Ditadura Militar (1964 – 1985)

Governo Sarney (1985 – 1989)

Raymundo Faoro (jurista)

SUMÁRIO:

[Breve introdução do jornal sobre posicionamento do entrevistado sobre a Nova Constituição]

Avalia trabalhos da CPI da Corrupção; afirma que o Presidente da República é um cidadão como outro qualquer e que todos são iguais perante a lei; diz que a Nova Constituição não será a dos seus sonhos; explica que ela não está exprimindo a maioria do eleitorado e suas características conservadoras; opina sobre características que deviam existir na Nova Constituição; critica dependência entre empresariado e Estado; diz ser a favor do controle do capital estrangeiro e do nacional; opina sobre assuntos que foram deixados de fora da Constituição; diz que são uma faca de dois gumes: ou vão para a inatividade ou serão resolvidos com um quórum menor do que deveria; exemplifica com assuntos que ficaram de fora de Constituições anteriores; explica porque acredita que o regime militar não foi de fato desmontado; opina sobre presidente Sarney; compara situação política do Brasil com a da Espanha; afirma que, no Brasil, povo é palavrão e eleição é um risco; diz que o Estado brasileiro é obsoleto e arcaico com uma sociedade que tenta se modernizar apesar das diversidades.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Raymundo Faoro

DADOS BIOGRÁFICOS: Historiador, jurista e ex-presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Nasceu em Vacaria (RS), filho de agricultores, formou-se em Direito, em 1948, pela UFRS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Transferiu-se, em 1951, para o Rio de Janeiro, onde advogou e fez concurso para a Procuradoria do Estado. Foi presidente nacional da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), de 1977 a 1979, tendo lutado pelo fim dos Atos Institucionais do regime militar (1964-1985) e ajudado a consolidar o processo de abertura democrática nos anos 70. Autor de *Os donos do poder*.

ENTREVISTADOR (ES): Maurício Dias

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Revista Senhor

TÍTULO DA MATÉRIA: Contra a Conciliação

DATA: 31/07/1985

LOCAL: Não consta

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Acadêmicos e Intelectuais

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en.AI. cli.rf4	09 páginas	Sim	

DESCRITORES:

Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988)
Brasil Império
Ditadura militar (1964-1985)
Dom João VI
Dom Pedro I
Estado Novo (1937-1945)
Lei Áurea (1888)
Nova República
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
Reforma Agrária

SUMÁRIO:

Avaliação do significado dos votos nulos e brancos no período militar; possibilidades de uma rearticulação conservadora na vindoura constituinte; comparação do regime militar com o primeiro império e constituinte de 1822; sobre a constituinte de 1945 e suas semelhanças com a de 1822; críticas à sacralização do status quo; sobre o fim da perspectiva reformista do PMDB; sobre as impossibilidades do que a Nova República oferece; comparação entre a reforma agrária e a abolição da escravidão a partir de Joaquim Nabuco; sobre a repetição na história do Brasil de mecanismos de dominação; fracasso de uma reforma social; sentimento de Faoro de apresentar propostas aparentemente utópicas; sobre o “fantasma” dos militares; sobre a demora da constituinte durante o governo Sarney e o fracasso da política de conciliação; sobre a posição de “árbitro” que Tancredo tinha, mas Sarney não; crítica da ideia de se realizar a constituinte concomitantemente com as eleições presidenciais; a instabilidade permanente de Sarney; lei da abolição enquanto uma das manobras do conservadorismo mais inteligentes até hoje vistas; problematização da ordem federalista; interesses dos empresários e ditadura; sobre o reformismo do PMDB; a vitória dos setores mais conservadores do PMDB nas últimas eleições; crítica à proposta de se formar uma comissão de notáveis; crítica à aceção de que a constituição deveria ser elaborada por especialistas;

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Ricardo Antunes

DADOS BIOGRÁFICOS: professor titular de Sociologia da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. É também livre-docente em Sociologia do Trabalho na mesma universidade, e autor de vários livros sobre o tema, como “Os sentidos do trabalho – Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho” (Boitempo) e “Adeus ao trabalho?” (Cortez).

ENTREVISTADOR (ES): Eliane Bardanachvili

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Jornal do Brasil

TÍTULO DA MATÉRIA: Qualificação profissional não é antídoto contra o desemprego

DATA: 14/01/2001

LOCAL: não identificado.

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Acadêmicos e Intelectuais

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en.Ai.ci.ran	1 página	Sim	Recorte do impresso original.

DESCRITORES:

Banco Mundial
Capitalismo
Desemprego
Direito ao trabalho
Emprego
Estrutura de produção
Flexibilização das leis trabalhistas
FMI - Fundo Monetário Internacional
Fordismo
Geração de emprego
Neoliberalismo
OIT – Organização Internacional do Trabalho
OMC - Organização Mundial do Comércio
Precarização do trabalho
Qualificação profissional
Toyotismo
Trabalho informal
Trabalho temporário

SUMÁRIO:

Fala das atuais mudanças na forma de trabalho; fala da lógica que determina o emprego precarizado, terceirizado e o desemprego estrutural mundial; caracteriza o trabalhador ideal que as empresas querem, afastando o argumento de que são os trabalhadores sem qualificação que ficam sem emprego; fala sobre a ausência do pleno emprego nos programas políticos e dá exemplos sobre as consequências; fala da tecnologia a serviço da lógica capitalista e não do sentido humano; fala da oposição evidente nos encontros da OMC, Banco Mundial e FMI; fala das precarização das condições de trabalho, apontando dados da OIT; fala sobre a produção de mercadorias a partir da interação entre trabalho vivo e trabalho morto; cita alguns autores que falam, de diferentes maneiras, do fim do emprego e do trabalho, e afirma a importância de se pensar no mundo real do trabalho como uma das questões mais importantes da contemporaneidade; fala da intensificação das formas de extração do sobretrabalho e da transformação das concepções de tempo e de espaço pela era produtiva e do capital; fala do papel da escola como formação de cidadãos para o mundo e não de trabalhadores para o mercado; fala do uso da escolaridade como elemento de controle e dominação; fala da impossibilidade de se acabar com o desemprego sem ferir na raiz a lógica da racionalidade capitalista; fala de outro elemento causal do desemprego, decorrente de políticas neoliberais orientadas pelo FMI e dá exemplos disso no Brasil; atenta para diferenças entre desemprego e tempo livre, falando sobre a condição do desemprego nos países do Terceiro Mundo; fala sobre a reivindicação central da redução da jornada de trabalho e demonstra o raciocínio sobre a incompatibilidade entre trabalho alienado e tempo realmente livre; opina sobre a compatibilidade entre redução da jornada de trabalho (sem redução de salário) e o direito ao trabalho, ao contrário do que afirmam outros cientistas sociais; fala da conclusão da desqualificação profissional dos desempregados como decorrente de análise superficial; explica o que é gestão do conhecimento, comparando fordismo e toyotismo neste aspecto; fala sobre a grande heterogeneidade de formas de trabalho no mercado atualmente.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Roberto Romano da Silva

DADOS BIOGRÁFICOS: Professor do Departamento de Filosofia e Política da Unicamp e especialista no tema da Igreja e seu campo político

ENTREVISTADOR (ES): Nelson Letaif e Nirlando Beirão

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Revista *Senhor*

TÍTULO DA MATÉRIA: “A Igreja socialista é um mito – Segundo Roberto Romano, da Unicamp, mesmo o clero progressista é a favor da propriedade e contra a socialização dos meios de produção”

DATA: 29/02/1988

LOCAL: Não consta

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Acadêmicos / Intelectuais

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. Al.cli.rrs	05 páginas	Sim	Cópia do periódico

DESCRITORES:

CNBB– Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

Estado e Igreja

Governo Sarney (1985-1989)

Igreja

Mediação política

Modernização conservadora

Reforma agrária

Religião e política

Socialismo

SUMÁRIO:

Aborda o episódio no qual a CNBB emitiu um documento criticando o governo Sarney, porém afirma que o caráter da crítica é mediador e não radical; diz acreditar que a Igreja vê a reforma agrária apenas na perspectiva de uma modernização conservadora e não socializante.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Romário Silveira Machado

DADOS BIOGRÁFICOS: Professor de história da rede pública de Japeri, militante do SEPE.

ENTREVISTADOR(ES): Gabriel Souza Bastos

CONTEXTO DE PRODUÇÃO: Pesquisa Conflitos e Repressão no Campo

DATA: 22/12/2015

LOCAL: Japeri/RJ

ROTEIRO: () SIM (x) NÃO

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Acadêmicos/Intelectuais

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7				
MP3	MSPP/en.AI. mp3.rsm	00:34:04	Sim	
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en.AI.t rans.rsm	16 páginas	Sim	

DESCRITORES:

Campeinato
Ditadura militar (1964-1985)
Grilagem
Governo Roberto Silveira (Estado do RJ, 1959-1961)
Igreja Católica Brasileira
MAB - Movimento de Amigos de Bairro de Nova Iguaçu
Maçonaria
Pedra Lisa (Japeri / Nova Iguaçu, RJ)
Pequeno produtor rural
Perseguição política
Reforma agrária
Repressão política

SUMÁRIO:

Começa a entrevista citando nomes dos militantes que foram vítimas e que lhe passaram as informações dessas entrevistas; conta que muitos desses militantes tiveram que fugir e deixar seus sítios; conta sobre os entrega-lista (pessoas que entregavam nomes de lideranças para o regime militar, recebendo seus bens em troca) e cita seus nomes; conta sobre terras adquiridas pelos entrega-lista que foram objeto de disputa da reforma agrária; conta de outros bens que os entrega-lista se apropriavam, além das terras; conta da trajetória de Raimundo Lima e de como ele perdeu seus bens; conta sobre o Sargento Romário e do local de desova de cadáveres no Rio Gandú; fala de indícios de ligações entre os entrega-lista com o Rotary Club e a maçonaria; conta sobre grilagem no processo de construção do arco rodoviário metropolitano; conta sobre como o grileiro Capixaba enriqueceu; conta que as terras do Capixaba foram objeto de disputa da reforma agrária no governo Roberto Silveira; conta do envolvimento desses militantes perseguidos com movimentos de luta pela terra na região, tanto nos anos 50 quanto nos anos 80; conta da trajetória de José Severino de Souza, ex presidente do MAB; fala sobre a atuação do militante Bráulio Rodrigues; conta sobre a perseguição política de todos esses militantes; fala do envolvimento da Igreja Católica Brasileira com a repressão; conta sobre a tarefa dos entrega-lista para o regime militar; Indica mais nomes de lideranças regionais, interessantes para se conversar para fins de pesquisa.

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Ruy Mauro Marini

DADOS BIOGRÁFICOS: Na ocasião da entrevista era professor do Departamento de Ciência Política da UnB, onde coordena pesquisa sobre a reestruturação da indústria automobilística e seus impactos na divisão internacional do trabalho. Conhecido como um dos elaboradores da Teoria da Dependência. Durante a ditadura militar, permaneceu exilado de 1965 até 1985, tendo lecionado na Universidade Autônoma do México, da Universidade do Chile e no Instituto Max Planck, na Alemanha Ocidental. Suas obras mais importantes são “Subdesenvolvimento e revolução” (1969), “Dialética da dependência” (1973), “O reformismo e a contra-revolução. Estudos sobre o Chile” (1976), todas publicadas no exterior e publicados em mais de dez países, embora no Brasil permaneça pouco conhecido.

ENTREVISTADOR (ES): Emir Sader

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Revista Isto É Senhor

TÍTULO DA MATÉRIA: O protecionismo não exclui a eficiência

DATA: 11/08/1987

LOCAL: não identificado

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Acadêmicos e Intelectuais

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en.Al. cli.rm	3 páginas	Sim	

DESCRITORES:

Capital estrangeiro
Conjuntura Econômica
Desenvolvimento econômico
Dívida externa
Divisão Internacional do Trabalho
Economia
Industrialização
Política econômica
Política macroeconômica
Teoria da Dependência

SUMÁRIO:

Aponta alguns fatores para a redução de investimentos estrangeiros no país; explica um pouco qual a dinâmica do capital estrangeiro naquele momento, destacando o cenário das indústrias automobilísticas; explica a nova divisão internacional do trabalho então nascente; fala sobre dois momentos de expansão da indústria brasileira, a partir da dinâmica da indústria automobilística; volta a caracterizar a nova divisão internacional do trabalho como baseada, principalmente, na grande heterogeneidade tecnológica entre os países e na internacionalização dos processos de trabalho, e as consequências desse processo para os países subdesenvolvidos, agravando as condições de dependência destes; fala sobre as características peculiares da indústria automobilística sul coreana, procurando desmistificar a comparação entre Coréia do Sul e Brasil, que então vinha sendo propagandeada; fala sobre a economia sul coreana, citando a realização da reforma agrária, o sistema bancário estatal e o sistema de emprego permanente, além de apresentar alguns números em relação ao investimento de capital estrangeiro naquele país; opina sobre os mecanismos protecionista e dá exemplos de suas consequência na indústria nacional e no mercado interno; fala sobre a necessidade de investir em desenvolvimento tecnológico; faz algumas projeções em relação às consequências da internacionalização da economia brasileira e os reflexos deste processo nas políticas de desenvolvimento; explica brevemente como funciona a dívida externa; fala sobre a necessidade de as políticas econômicas serem pensadas como políticas sociais; fala sobre a necessidade de elevação do salário mínimo e opina de que maneira isso pode ser feito pelo governo;

DADOS DA ENTREVISTA:

ENTREVISTADO(S): Thomas Mitschein

DADOS BIOGRÁFICOS: Sociólogo, professor da Universidade Federal do Pará. Nascido em Bielefeld, na Alemanha, está no Pará desde 1981, onde se dedica a projetos e estudos na área do desenvolvimento sustentável.

ENTREVISTADOR (ES): Elias Ribeiro Pinto

VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO: Diário do Pará

TÍTULO DA MATÉRIA: A Amazônia classe A que cabe na linha do Poema

DATA: 18 de março de 2001

LOCAL: não identificado.

OBSERVAÇÕES:

CLASSIFICAÇÃO:

FUNDO: Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

SETOR: Entrevistas

SÉRIE: Acadêmicos e Intelectuais

MATERIAL:

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en.Ai.ci.thm	1 página	Sim	Fotocópia do original.

DESCRITORES:

Acre
Agroindústria
Amapá
Bacia Amazônica
Banco Mundial
Bolívia
Capital estrangeiro
CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Colômbia
Desenvolvimento sustentável
Equador
Estado e políticas públicas
Êxodo rural
Geração de Emprego
Geração de Renda
Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ONG - Organizações Não-Governamentais
Pará
Poema – Programa Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia
Rondônia
Roraima
Saneamento básico
Sustentabilidade ambiental
Sustentabilidade econômica
UFPA – Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO:

Fala sobre a criação do grupo que então coordenava, o Poema – Programa Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia, a partir de pesquisa no final da década de 80; comenta sobre o engajamento que resultou da pesquisa de campo, o projeto alternativo de saneamento básico e, posteriormente, os projetos de geração de emprego e renda; fala da atual configuração do Poema, enquanto grupo de pesquisa e desenvolvimento da UFPA e, mais recentemente, da formalização de uma ONG ligada ao grupo, a Poemar, e de uma empresa, a Poematec, o braço mercadológico da entidade; fala dos projetos que agregam valor à produção local, aumentando a renda dos produtores, como uma das linhas de atuação do Poema; comenta o que levou à criação da Poematec, o grau de desenvolvimento atingido por algumas agroindústrias comunitárias, destacando o caso a produção de fibra de coco em Ananindeua; fala do projeto Bolsa Amazônica, do apoio da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento para a criação de nichos de mercado para produtos naturais sustentáveis; fala sobre as formas de financiamento do Poema, passando pela precarização das universidades públicas e citando algumas entidades de apoio, destacando o aumento de instituições brasileiras como financiadoras; descreve o corpo técnico interdisciplinar que compõe o projeto e fala das dificuldades de angariar recursos que contemplem pagamento de pessoal, apontando um futuro convênio com o CNPq; fala sobre a relação dos projetos do Poema com as responsabilidades institucionais do Estado, destacando a capacidade de cooperação na formulação de políticas públicas; opina sobre a função social das universidades na realidade

local em que estão inseridas, destacando as universidades da região amazônica; fala sobre as projeções do Poema em outros estados brasileiros e outros países da Bacia Amazônica; fala dos desafios de compatibilizar a viabilidade social, ambiental e econômica na produção das agroindústrias, os nichos de mercado de desafios de cada ramo de produção, exemplificando a partir da produção de fibra de coco e da farinha de banana; comenta de outros produtos amazônicos de potencial no mercado e destaca a importância das parcerias com a iniciativa privada; critica o modelo de desenvolvimento historicamente implementado na Amazônia, passando pelo alto financiamento internacional, apontando o esgotamento deste modelo como oportunidade para investimento em alternativas formuladas com as populações locais; destaca a condição periférica da Amazônia brasileira, apesar de sua importância internacional, e critica a visão acrítica dos desmatamentos e precária condição do Ibama; fala sobre a importância das ONGs e os equívocos muitas vezes cometidos por estas; apresenta alguns números relativos aos investimento na fábrica de fibra de coco da Poematec em Ananindeua.